



**INSTITUTO FEDERAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**SANTANA NETA LOPES**

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS NEGRAS NOS CURSOS TÉCNICOS  
INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS IGUATU:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Salgueiro-PE  
Junho, 2022

**SANTANA NETA LOPES**

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS NEGRAS NOS CURSOS TÉCNICOS  
INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS IGUATU:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Prates Lorenzo

Salgueiro - PE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

L864 Lopes, Santana Neta.

Acesso e permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu: desafios e possibilidades / Santana Neta Lopes. - Salgueiro, 2022.  
96 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Vitor Prates Lorenzo.

1. Educação Profissional. 2. Acesso e permanência. 3. Pessoas negras. 4. Racismo estrutural. I. Título.

CDD 370.113

---

Gerado automaticamente pelo sistema Geficat, mediante dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

**SANTANA NETA LOPES**

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS NEGRAS NOS CURSOS TÉCNICOS  
INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS IGUATU:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de junho de 2022.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Vítor Prates Lorenzo  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE  
Orientador

---

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE  
Membro Interno

---

Profa. Dra. Maria Madalena da Silva  
Instituto Federal do Ceará - IFCE  
Membro externo

---

**SANTANA NETA LOPES**

**UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS NEGRAS NOS CURSOS  
TÉCNICOS DO IFCE**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 20 de junho de 2022.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Vitor Prates Lorenzo  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE  
Orientador

---

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE  
Membro Interno

---

Profa. Dra. Maria Madalena da Silva  
Instituto Federal do Ceará - IFCE  
Membro externo

Dedico esse trabalho a minha mãe Izinha (*in memoriam*), mulher negra, pobre, lavadeira, que não mediu esforços para que eu vencesse os obstáculos sociais e raciais e chegasse até aqui. Minha inspiração! Eterna gratidão!

## AGRADECIMENTOS

Após esse intenso período de aprendizados e desafios, proporcionado por ocasião do mestrado, experienciamos um turbilhão de sentimentos e nos deparamos com a fragilidade humana - o medo de perder a nossa vida, a dos nossos familiares e amigos, ocasionado pela pandemia da covid-19. Esse tempo de insegurança, também despertou em nós um nobre sentimento, por vezes esquecido – a gratidão!

A conclusão desse mestrado só foi possível, graças aos muitos sustentáculos que se apresentaram para nos reerguer quando o desânimo se fez presente. Por isso, nossa imensa gratidão a todos/as e a cada um/a:

A Deus, fonte de inspiração e bondade, pelo dom da vida;

A minha mãe, Maria Ilza Lopes, a nossa Izinha (*in memoriam*), minha melhor amiga; mulher forte, guerreira, que sempre acreditou no meu potencial e continua me inspirando em todos os meus projetos;

Ao meu pai, João Lopes (*in memoriam*), pelos ensinamentos, dedicação amorosa e valorização à vida, mesmo com a saúde fragilizada;

A minha família, pelo apoio e paciência nos momentos de cansaço e estresse;

Aos diretores do campus Iguatu: Dijauma Honório (gestor anterior) e Héber Silva (gestor atual), pelo apoio imprescindível durante todo o percurso formativo;

A equipe pedagógica do campus Iguatu, minha família do coração, pela paciência, apoio e colaboração em todos os momentos, pessoal e profissional;

Aos servidores/as dos diversos setores do campus Iguatu, pela socialização de informações, contribuições e apoio necessários;

Aos professores/as do mestrado, pela partilha do conhecimento e das experiências acadêmicas e profissionais;

Aos colegas do mestrado, em especial aqueles/as que se tornaram mais próximos, por ocasião das viagens, hospedagem e refeições: Erika, Eliza, Ivanildo, Alex (novos amigos) e Joana Angelica, conterrânea e amiga de muitos anos;

Ao meu orientador, professor Vitor Prates Lorenzo, pela paciência na condução do processo, durante o percurso acadêmico;

Aos avaliadores das bancas de qualificação e defesa, pelas importantes e oportunas contribuições para aprimoramento da pesquisa;

Aos/as estudantes, participantes da pesquisa, pela disponibilidade e colaboração, na realização desse trabalho.

A todos e todas, minha eterna gratidão!

Quando a questão do racismo no Brasil começar a sair dos livros, artigos, dissertações e teses de pesquisadores, quando deixar de ser problema do negro para se tornar preocupação de todas as forças e instituições do país, quando sairmos da fase do belo discurso e das boas intenções sem ações correspondentes, poderemos dizer então que entramos na verdadeira fase de engajamento para transformar a sociedade.

Kabengele Munanga (1996)

## RESUMO

O estudo das relações étnico-raciais imbricado com a educação tem despertado o interesse de pesquisadores, em virtude de ser uma temática que impacta os resultados do ensino e da aprendizagem da população negra brasileira. A presente pesquisa relaciona a temática racial com a educação profissional e tecnológica dentro de uma realidade específica: a inclusão da população negra na rede federal de ensino. Para isso, o objetivo geral é analisar os fatores que favorecem, ou dificultam, o acesso e a permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Iguatu. O estudo descreve a maneira pela qual pessoas negras fazem uso do processo seletivo do IFCE, assim como identifica o perfil dos estudantes, a relação entre as dificuldades de permanência escolar e o racismo e os esforços empreendidos pelo campus para promover a inclusão e o combate ao racismo. Após a análise dos dados, a pesquisa proporciona a elaboração de um Produto Educacional em formato de cartilha que visa socializar informações relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, a partir das percepções dos estudantes e do referencial teórico. Insere-se na linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e do Macroprojeto “Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT” do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. A abordagem metodológica utilizada foi do tipo qualitativa, exploratória e descritiva. A coleta de dados deu-se em três etapas: bibliográfica, documental e de campo. A primeira permeou todo o processo, buscando na literatura já produzida o embasamento teórico para respaldar a investigação, utilizando os descritores “acesso e permanência”, “educação profissional”, “racismo” e “relações étnico-raciais”. A segunda priorizou os documentos oficiais do IFCE relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, como o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dentre outros. Por fim, a pesquisa de campo, feita por meio de entrevista com representantes de estudantes autodeclarados/as pretos/as e pardos/as dos cursos técnicos integrados em Informática e Nutrição e Dietética, trouxe reflexões embasadas nas experiências pessoais e coletivas dos/as entrevistados/as sobre a questão racial no processo educativo e na sociedade. Na análise dos dados, utilizou-se a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), que consiste em conduzir a compreensão mais organizada da investigação por meio de um processo integrado de análise e de síntese. Os resultados obtidos vão de encontro ao objetivo geral, permitindo-nos adentrar nessa seara das relações étnico-raciais no processo educativo do campus Iguatu, confirmando o impacto do racismo na inclusão e êxito de pessoas negras na educação.

**Palavras-Chave:** Acesso e Permanência. Educação Profissional e Tecnológica. Pessoas Negras. Racismo estrutural.

## ABSTRACT

*The study of ethnic-racial relations intertwined with education has aroused the interest of researchers, as it is a topic that impacts the teaching and learning outcomes of the black Brazilian population. The present research relates to the racial theme with professional and technological education within a specific realm: the inclusion of the black population in the federal education network. For this, the general objective is to analyze the factors that favor, or hinder, the access and permanence of black people in the technical courses integrated to the high school of the Federal Institute of Ceará (IFCE), Iguatu campus. The study describes the way in which black people make use of the IFCE selection process, as well as identifying the profile of students, the relationship between the difficulties of staying in school, and racism and the efforts undertaken by the campus to promote inclusion and the fight against racism. After analyzing the data, the research provides the elaboration of an Educational Product in a booklet format that aims to socialize information related to education for ethnic-racial relations, based on the students' perceptions and the theoretical framework. It is part of the research line "Educational Practices in Professional and Technological Education" (EPT), and the macroproject "Inclusion and diversity in formal and non-formal teaching spaces at EPT", of the Graduate Program in Professional and Technological Education – ProfEPT. The methodological approach used was qualitative, exploratory and descriptive. Data collection was conducted in three stages: bibliographic, documentary and field. The first permeated the entire process, seeking in the literature already produced the theoretical basis to support the investigation, using the descriptors "access and permanence", "professional education", "racism" and "ethnic-racial relations". The second prioritized the official documents of the IFCE related to teaching, research and extension, such as the Institutional Pedagogical Political Project (PPI), and the Institutional Development Plan (PDI), among others. Finally, the field research, carried out through interviews with representatives of self-declared black students of the integrated technical courses in Informatics, and Nutrition and Dietetics, brought reflections based on the personal and collective experiences of the interviewees on the racial issue in the educational process and in society. In data analysis, the methodology of Discursive Textual Analysis (DTA) was used, which consists of conducting a more organized understanding of the investigation through an integrated process of analysis and synthesis. The results obtained are in line with the general objective, allowing us to enter this area of ethnic-racial relations in the educational process of the Iguatu campus, confirming the impact of racism on the inclusion and success of black people in education.*

**Key-words:** Access and Permanence. Professional and Technological Education. Black people. Structural racism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos NEABI's do IFCE	38
Figura 2 - Mapa do IFCE	42
Figura 3 - Apresentação da Cartilha	69
Figura 4 – Cartilha: Tipos de cotas raciais e público alvo	70
Figura 5 - Cartilha: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)	71
Figura 6 – Cartilha: Racismo e suas manifestações	72
Figura 7 - Cartilha: Literatura Negra	73

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matricula Geral do IFCE campus Iguatu por pertencimento racial (2021)	44
Gráfico 2 - Matricula do Curso Integrado em Informática por pertencimento racial (2016 a 2021)	51
Gráfico 3 - Matricula do Curso Integrado em Nutrição e Dietética por pertencimento racial (2016 a 2021)	52

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Causas e Medidas de Intervenção – Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE	<u>34</u>
Quadro 2 - Mapa do IFCE	<u>36</u>
Quadro 3 - Organização dos Elementos Principais da Análise Textual Discursiva (ATD)	<u>46</u>
Quadro 4 - Categorias Iniciais da ATD	<u>48</u>
Quadro 5 - Categorias Finais da ATD	<u>49</u>
Quadro 6 - Equipe Multidisciplinar do Departamento de Assistência Estudantil do IFCE campus Iguatu	<u>50</u>
Quadro 7 - Informações de Matrícula por Renda Familiar e Pertencimento Racial dos Cursos técnicos Integrados em Informática e Nutrição do campus Iguatu	<u>50</u>
Quadro 8 - Informações de Matrícula por Pertencimento Racial e Sistema de Cotas dos Cursos técnicos Integrados em Informática e Nutrição do campus Iguatu	<u>53</u>
Quadro 9 - Informações de Matrícula por Situação Acadêmica e Pertencimento Racial e dos Cursos técnicos Integrados em Informática e Nutrição do campus Iguatu	<u>54</u>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica  
COVID-19 - CoronavirusDisease – 2019  
DAE – Departamento de Assistência Estudantil  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
EMI – Ensino Médio Integrado  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFCE – Instituto Federal do Ceará  
IFSertãoPE – Instituto Federal do Sertão Pernambucano  
INEP – Instituto Nacional de Estatística Aplicada  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDB – Lei de Diretrizes e Base  
NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais  
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas  
PAE - Política de Assistência Estudantil  
PE – Produto Educacional  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PPC – Projeto Pedagógico de Curso  
PPI – Projeto Político-Pedagógico Institucional  
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica  
ONU – Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR E A RELAÇÃO COM O RACISMO</b> ..	19
2.1 Mito da democracia racial e meritocracia .....	22
2.2 Desigualdade racial e resistência do povo negro .....	24
2.3 O papel da escola no combate ao racismo.....	28
<b>3 O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL</b> .....	30
3.1 A política de inclusão e diversidade étnico-racial do IFCE .....	32
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	39
4.1 Etapas da Pesquisa.....	40
4.2 Caracterização do campo social da pesquisa .....	42
4.3 Sujeitos sociais da pesquisa.....	44
4.4 Análise dos dados .....	45
4.4.1 Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Análise .....	45
4.4.2 Descrição da Análise Textual Discursiva no âmbito da Pesquisa .....	47
<b>5 PERCEPÇÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR DE PESSOAS NEGRAS NO CAMPUS IGUATU E A RELAÇÃO COM O RACISMO</b> .....	49
5.1 Percepções sobre o acesso e a permanência escolar a partir dos documentos oficiais do IFCE campus Iguatu .....	49
5.2 Percepções dos Sujeitos Sociais sobre Identidade Racial e Sistema de Cotas .....	55
5.3 Percepções dos Sujeitos Sociais sobre Ingresso e Permanência no campus Iguatu.....	56
5.4 Percepções sobre o impacto do racismo na vida das pessoas negras no campus Iguatu. ....	60
5.5 Percepções sobre a importância do Estudo da História Afro-brasileira e Africana.....	64
<b>6 PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	67
6.1 Apresentação do produto .....	68
6.2 Descrição dos itens da Cartilha .....	69
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	82
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA</b>	

<b>RESPONSÁVEIS PELOS MENORES DE 18 ANOS - Resolução Nº 466/12 CNS)</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE C – REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; Resolução nº 510/16 CNS)</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE E – RELAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS NEGROS E NEGRAS HOMENAGEADAS NESSA PESQUISA, VÍTIMAS FATAIS DA VIOLÊNCIA RACIAL NO BRASIL</b>	<b>95</b>

## APRESENTAÇÃO

As relações étnico-raciais e o racismo estrutural têm sido temas de pesquisas no meio acadêmico, sobretudo no que se refere ao processo educativo, por se tratar de uma temática que impacta diretamente nos resultados do ensino e da aprendizagem da população negra brasileira.

A presente pesquisa relaciona a temática racial com a educação profissional e tecnológica dentro da realidade específica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), com um recorte sobre acesso e permanência escolar da população negra, apontando os impactos do racismo estrutural no ambiente escolar e as formas de resistência e conquistas históricas do povo negro no campo da educação.

As motivações que suscitaram a realização dessa pesquisa são frutos de experiências acumuladas e vivenciadas pela pesquisadora, enquanto mulher negra e educadora que, a exemplo da maioria das pessoas negras, não se sentiu acolhida e nem incluída no primeiro contato com o ambiente escolar, seja no currículo que nem sempre contempla a temática racial, seja nas intervenções pedagógicas ou mesmo na forma como ainda são vistas/os e tratadas/os crianças e jovens negros/as por alguns/as educadores/as quando, por exemplo, não conseguem bons resultados na aprendizagem ou quando revidam a insultos de cunho racista, sendo julgados/as como violentos/as, preguiçosos/as ou com pouca inteligência.

A discriminação e o preconceito raciais fazem parte do cotidiano da população negra desde a tenra idade. Para esta pesquisadora a discriminação e o preconceito se manifestaram com mais intensidade na escola, reverberando em toda fase da adolescência em forma de timidez, solidão, déficit de atenção e concentração, muitos desses danos superados graças ao engajamento em grupos de jovens da igreja e nos movimentos sociais. A instituição escolar exerce um papel imprescindível na vida das crianças e dos/as jovens, de forma positiva e, algumas vezes de forma negativa, reforçando sentimentos de aceitação ou rejeição, elevando ou diminuindo a autoestima, dando asas ou podendo sonhos.

Assim, para além de uma exigência obrigatória de um curso de mestrado, o trabalho aqui apresentado, representa a esta pesquisadora, um compromisso político e ético com os seus iguais, com sua ancestralidade e com os/as estudantes negros e negras, em particular os/as do IFCE campus Iguatu, instituição na qual atua profissionalmente como pedagoga.

A dissertação está organizada obedecendo uma sequência lógica por assunto, distribuída em seis seções, além da apresentação, considerações finais, bibliografia e apêndices.

Na primeira seção consta a introdução na qual se contempla a justificativa, a relevância da pesquisa, a definição do problema e os objetivos geral e específicos.

O referencial teórico está contemplado nas segunda e terceira seções, sob os títulos, respectivamente, “Acesso e permanência escolar e a relação com o racismo” e “O papel dos Institutos Federais no processo de inclusão escolar e profissional”, as quais discorrem sobre os pressupostos teóricos e conceituais da temática em geral e, de forma específica, da educação profissional, fazendo um resgate histórico da educação e os impactos do racismo no processo educativo da população negra, com destaque para a política de inclusão e diversidade étnico-racial do IFCE.

A quarta seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, contemplando todos os passos da metodologia, delineando o tipo de pesquisa e suas etapas, a caracterização do campo social, os sujeitos sociais envolvidos no processo, bem como as técnicas utilizadas para coleta e análise dos dados.

A análise dos resultados da pesquisa está organizada na quinta seção que tem como título “Percepções dos sujeitos sociais sobre acesso e permanência escolar de pessoas negras no campus Iguatu e a relação com o racismo”, subdividindo-se em quatro subseções que trazem informações específicas sobre identidade racial e sistema de cotas; ingresso e permanência no campus Iguatu; o impacto do racismo na vida das pessoas negras e, por último, sobre a importância do estudo da história afro-brasileira e africana.

A sexta e última seção apresenta o processo de criação do produto educacional, uma cartilha informativa com o título “Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE”, construída a partir dos resultados da pesquisa, considerando as dificuldades e inquietações apresentadas pelos/as estudantes participantes da entrevista, em consonância com o referencial teórico.

Espera-se com esse estudo, dar maior visibilidade às questões raciais no IFCE campus Iguatu e em outros espaços escolares, através da socialização dos resultados obtidos e da divulgação do produto educacional, somando-se a outras vozes no combate a toda e qualquer forma de discriminação racial e na construção de uma educação antirracista.

## 1 INTRODUÇÃO

A história sócio-política e econômica do Brasil, do período colonial até os dias atuais, é marcada por um processo de desumanização da população negra, em que as marcas da escravidão permanecem visíveis, devido uma abolição da escravatura que não garantiu nenhum direito aos ex-escravizados e seus descendentes, como trabalho, moradia, educação, saúde, para que fossem inseridos na sociedade brasileira. Ao contrário, foram “largados à própria sorte, como se fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção”. (FERNANDES, 1989, p. 12).

Essa realidade de extrema desigualdade se materializa no baixo nível de escolaridade, analfabetismo, inserção precarizada no mercado de trabalho, violência e pelas grandes disparidades raciais na renda, direito à saúde, expectativa de vida, dentre outros aspectos, revelados por agências de reconhecimento, como o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a pandemia da Covid-19, nos últimos dois anos, ficou mais evidente que, a população negra e periférica foi a que mais sofreu e ficou mais vulnerável ao vírus, na utilização dos transportes públicos superlotados, no acesso precário ao saneamento básico e por estarem na linha de frente do atendimento ao público no setor de serviços, incluindo os de saúde, como aponta uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), reverberando ainda mais a desigualdade estrutural. Esses dados deixam evidente que há uma dívida social e histórica com essa população que, “tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes”. (Madeira e Gomes, 2018, 464).

Para a população negra, o ingresso e a permanência no sistema educacional foram historicamente desafiadores, pois este, ao utilizar critérios meritocráticos, tratando os desiguais como iguais, nega o racismo e reforça o mito da democracia racial, desconsiderando as desigualdades seculares criadas pelas estruturas sociais, com prejuízos para a população negra.

Dentro deste contexto dicotômico, de privilégios e negação de direitos, em que um grupo que representa mais da metade da população brasileira (54% segundo o IBGE) e a maior parte se encontra em situação de vulnerabilidade, as políticas de reparação e ação afirmativa se fazem necessárias e justas, como o sistema de cotas, para acesso às universidades e aos institutos federais, de estudantes negros/as

(pretos/as e pardos/as), indígenas, de baixa renda, com deficiência e oriundos de escola pública.

O IFCE, lócus em que foi realizada a pesquisa, atualmente constituído por 33 campi, tem como função social a promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, assim como na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento às demandas sociais, estando, dessa forma, enquanto política pública, inserido no processo de reparação histórica de exclusão das populações desfavorecidas do sistema educacional, dentre elas a população negra, uma vez que oferece educação profissional de nível médio, bem como educação superior, pós-graduação *Stricto sensu* e *Lato sensu*, atendendo ao dispositivo jurídico – Lei 12.711/12, atualizada para a Lei 13.409/16, o qual reserva às pessoas negras, indígenas e deficientes que cursaram integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, no mínimo 25% das vagas ofertadas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Diante da problemática apresentada, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: quais os desafios enfrentados pelas pessoas negras para ingressar e permanecer nos cursos integrados do IFCE, campus Iguatu?

A partir dessa indagação, e convencida da causa legítima e necessária em favor das pessoas negras, essa temática justifica-se como forma de discussão, divulgação e reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por essa população para ter acesso e concluir com êxito o ensino médio integrado em uma instituição de qualidade reconhecida, como um direito que lhes foi negado historicamente, a partir de um viés político e pedagógico.

Nesse sentido, o objetivo geral da investigação consiste em **analisar os fatores que favorecem ou dificultam o acesso e a permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu**. Para especificar de forma mais detalhada o processo investigativo e relacionar o objeto estudado com suas particularidades, os objetivos específicos estão estabelecidos em:

- Descrever o processo de ingresso da população negra nos cursos técnicos integrados em Informática e Nutrição e Dietética do IFCE, campus Iguatu;
- Identificar o perfil dos estudantes negros/as ingressantes nos cursos

técnicos integrados em Informática e Nutrição e Dietética do IFCE campus Iguatu no período de 2016 a 2021, considerando as variáveis relacionadas aos fatores sociais, econômicos e educacionais;

- Verificar nos documentos institucionais do IFCE a existência de metas e ações de enfrentamento ao racismo e de inclusão escolar da população negra;
- Compreender a trajetória escolar dos/as estudantes participantes da pesquisa, relacionando as dificuldades de permanência escolar e o racismo;
- Contribuir com o processo de inclusão racial de pessoas negras no IFCE campus Iguatu e de combate a episódios racistas, através de uma cartilha informativa.

Para uma maior compreensão da temática proposta nessa pesquisa, apresentamos a seguir, de forma breve, uma reflexão histórica sobre o processo de inclusão escolar da população negra no Brasil e a relação com o racismo, do período colonial aos dias atuais.

## **2 ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR E A RELAÇÃO COM O RACISMO**

O acesso gratuito à educação no Brasil sempre se constituiu em um direito subjetivo garantido, da Constituição Imperial de 1824 a Constituição Federal de 1988, com algumas exceções para a população negra, que desde sempre se viu excluída ou enfrentou grandes dificuldades de frequentar o ensino formal.

A escola imperial possibilitava somente o acesso de negros libertos, impedindo a frequência dos escravizados. Além disso, ela era voltada “ao ensino de comportamentos adequados, combativa às culturas populares, sob um modelo eurocêntrico de ensino e de sociedade desejada”. (Almeida; Sanchez, 2016, p. 236). Sobre as dificuldades de frequência e sucesso das crianças negras naquela época, os autores apontam dois fatores que parecem bem atuais: a pobreza e a discriminação social e racial. Esse último, referente ao pertencimento social e racial das crianças, de acordo com Almeida e Sanchez (2016, p. 236), o preconceito aparece nos relatórios dos professores das escolas primárias,

em que são rejeitados os hábitos e comportamentos do alunado pobre e de origem africana. Tais hábitos e comportamentos são classificados como vadiagem, vícios, falta de asseio, devassidões, entre outros termos, e vistos como inadequados ao ambiente escolar, por terem o potencial de influenciar,

de forma maléfica, as ações dos filhos das assim designadas boas famílias.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), considerada a “constituição cidadã”, trouxe grandes avanços em diferentes aspectos, com a participação popular de diversos atores sociais, representando um marco no processo de retomada democrática dos anos de 1980. o movimento negro teve um importante papel na construção da CF/88, no sentido de garantir direitos fundamentais para a população negra, historicamente negados, sobretudo na educação e no combate à discriminação racial, dentre os quais podemos destacar:

Título I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º – Constituem objetivos fundamentais da República Federativa [...]: IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

XLII – A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Seção II – Da Cultura

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Título IX – Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 242 – [...] § 1º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Disposições Transitórias

Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Para Gomes (2018), mesmo com as conquistas na garantia de direitos da população negra preconizados na CF/88, na prática a população negra enfrenta resistência histórica de setores reacionários e racistas da sociedade no tocante ao cumprimento da legislação, exigindo do movimento negro cada vez mais resistência e enfrentamento para que não percamos ainda mais os avanços constitucionais da CF/88.

Talvez pelo fato de ter sido o país a escravizar o maior número de africanos e a última nação das Américas a abolir a escravidão, ainda que possua a maior população negra fora do Continente africano (Geledés, 2021), o Brasil sempre se posicionou de forma passiva e permissiva frente às discriminações raciais e negação de direitos básicos a essa população, forjadas ao longo dos quatro séculos de regime escravocrata, legitimando leis que proibiam ou dificultavam o acesso à instituição escolar. (Brasil, 2004).

As relações étnico-raciais em nosso país e, de forma específica a problemática do acesso de pessoas negras na educação, têm sido, nos últimos anos, objeto de pesquisa, com diversas publicações científicas, nas quais apontam o racismo como o fator importante para a manutenção das desigualdades sociais e consideram que a pobreza e a desigualdade são fatores que contribuem para a marginalização do negro (Silva e Tobias, 2016).

Para compreendermos de forma mais aprofundada a desigualdade material e simbólica na qual foi e é submetida a população negra, torna-se necessário conhecermos a origem do racismo e seus conceitos, a partir da contribuição de alguns escritores/as.

Munanga (2003) nos apresenta importantes informações sobre os conceitos de raça, racismo e etnia na construção da identidade dos povos, ancoradas em períodos históricos e em pesquisas científicas, ratificando que, a construção das desigualdades racial e social, ao longo da história, ecoa nos dias atuais, independente do termo utilizado, pois está alicerçada em ideologias dominantes.

Alguns estudiosos, segundo Munanga (2003), substituíram o termo raça por etnia, porém a simples substituição dos termos não muda a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes. A maioria dos pesquisadores que atua na área das relações étnico-raciais, ainda na visão de Munanga, emprega com mais frequência o conceito de raça, não para afirmar sua realidade biológica, mas para explicar o racismo, visto que este continua a se basear na crença da existência de raças hierarquizadas que considera que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas e biológicas.

Para Almeida (2019), o racismo não se apresenta de uma única forma, nem com as mesmas características. O racismo individual, por exemplo, é visto pelo autor como um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo atribuído a grupos isolados, limitando-se a aspectos comportamentais e não estruturais. Já a concepção institucional de racismo, segundo Almeida (2019, p. 40),

baseia-se na manutenção hegemônica de um grupo racial no poder, fazendo com que sua cultura, seus padrões estéticos e suas práticas de poder tornem-se referência para a sociedade, negando, assim, toda a contribuição histórica advinda de outros grupos.

Daí a ausência de pessoas negras em espaços de poder, público ou privado, na academia e em outras instâncias ocupadas majoritariamente pelos brancos. Essa

realidade é fruto de uma estrutura social, cujas relações políticas, econômicas, jurídicas e do cotidiano, reforçam a invisibilidade da população negra que, segundo Almeida, não é uma patologia social e nem um arranjo institucional, é estrutural.

Grada Kilomba (2019), escritora portuguesa, nos apresenta reflexões urgentes e necessárias acerca do racismo cotidiano, confirmando, a exemplo de outros autores aqui citados, o nível estrutural do racismo, pois exclui pessoas negras da maioria das estruturas sociais e políticas. Kilomba denuncia o *modus operandi* dessas estruturas oficiais ao privilegiar as pessoas brancas, colocando em desvantagens membros de outros grupos racializados.

Percebe-se que o racismo pode assumir diversas formas em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos. Suas várias manifestações, segundo Moreira (2019), têm o mesmo objetivo: “preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais” (p. 24). O autor apresenta um novo conceito de racismo, o racismo recreativo, quando se refere à “questão da discriminação estética, presente em comentários que supostamente expressam uma intenção humorística dos ofensores, piadas que são claras manifestações do racismo simbólico” (Moreira, 2019, p. 86).

## 2.1 Mito da democracia racial e meritocracia

Uma das formas de superar ou mitigar os efeitos do racismo no Brasil que continua fazendo vítimas, em pleno século XXI, é conhecer a história da formação dos povos africanos e afrodescendentes, utilizando para isso, diversas fontes. É imperativo refletir sobre as informações que nos foram repassadas ao longo dos séculos a respeito da história do continente africano, do seu povo e dos seus descendentes, evidenciando sempre os aspectos negativos e omitindo, de forma deliberada, toda a riqueza cultural, política, econômica e histórica, como nos lembra Fanon (1968):

para o colonialismo, este vasto continente era uma toca de selvagens, uma região infestada de superstições e fanatismo, fadada ao desprezo, atingida pela maldição de Deus, terra de antropófagos, terra de negros”. (p.176)

Na mesma linha de pensamento, em um dos seus discursos publicado em 2019, intitulado “*o perigo de uma história única*”, a escritora nigeriana Chimama Ngozi Adichi, chama a atenção para os estereótipos criados quando a história é contada apenas sob uma visão. Ainda que tenha aspectos verdadeiros, são incompletos, pois omitem outros pontos de vista, fazendo com que uma história se torne única. Assim é a história da África, contada sempre sob a ótica do colonizador. A experiência

vivenciada por Adichi nos Estados Unidos, enquanto mulher africana, a fez perceber quão deturpada é a visão dos americanos e do mundo com relação à história da África.

Em *Significado do Protesto Negro* (1989), o sociólogo Florestan Fernandes, ao analisar o período pós-abolição no Brasil, chama a atenção para a situação experienciada pela população negra que

se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída e defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula suas oportunidades sociais, mas, ao mesmo tempo, identifica o Brasil como um país no qual reina harmonia e igualdade entre as raças. (FERNANDES, 1989, p. 22).

O abandono da população negra “à própria sorte” foi travestido de uma falsa ilusão, reforçada pelo silenciamento ou pelo discurso que “retira do campo do conflito e das contradições, em nome de uma harmonia legitimada pelo processo de miscigenação e da democracia racial” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 465).

A visão otimista em relação à harmonia racial e a crença de que o Brasil seria um modelo a ser seguido pós-abolição, surgiram, na opinião de muitos pesquisadores, com a publicação do livro *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, cujo posicionamento revelava um falso otimismo em relação a um ambiente social nascido durante o colonialismo brasileiro. Freyre, ao analisar as relações dos senhores de engenho com os africanos escravizados, faz o seguinte relato:

(...) desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREYRE, 1999, p.91; p.189).

Essa suposta harmonia das raças, defendida por Freyre (1999) é fruto do processo de mestiçagem que, segundo Conceição (1988) “é acionada como fenômeno e parte de uma teoria da superioridade branca, da ação e da possibilidade do branqueamento” (p. 35).

O pensamento da democracia racial defendido ainda hoje, transfere para a população negra a culpa pelo seu insucesso e não inclusão social e econômica, afirmando que, “se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros”. (BRASIL, 2004).

Almeida (2019, p. 82) confirma esse pensamento ao definir que “a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de decisões políticas efetivas, contra a discriminação racial”.

Ao longo dos anos, o sistema de ensino no Brasil reforça a prática da meritocracia, por meio de um currículo eurocêntrico, que estimula a competição e nega os efeitos devastadores do período escravocrata e do pós-abolição, fazendo com que “no âmbito das instituições de ensino superior e nas escolas, práticas racistas – veladas e explícitas – sejam dirigidas a estudantes, funcionários(as) e docentes, que devem ser combatidas cotidianamente”. (Cartilha Andes, p.6)

A negação do racismo e a ideologia da democracia racial, segundo Almeida (2019, p. 82), “sustentam-se pelo discurso da meritocracia que é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial”. Na mesma linha de pensamento, Fernandes (1989, p. 23) afirma que, “a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça”.

É importante destacar que, em todos os períodos da história, a resistência negra, por meio do movimento negro, tem sido imprescindível no combate a toda forma de opressão, no resgate da verdadeira história do povo africano e seus descendentes e, sobretudo, na luta por direitos básicos, como a educação formal da população negra brasileira, evidenciando, entre outras coisas, que o direito garantido por lei de acesso e permanência dessa população no sistema educacional é permeado por uma série de entraves e dificuldades.

## **2.2 Desigualdade racial e resistência do povo negro**

A prova irrefutável de que no Brasil não existe democracia racial está comprovada nos dados estatísticos da desigualdade racial, deixando evidente que a herança do regime escravocrata aliada ao racismo trouxe como resultado a marginalização e vulnerabilização da população negra brasileira.

Estudos feitos por diversas instituições confirmam que, historicamente, o abismo racial existente em nosso país é estrutural, tendo se agravado mais ainda nos últimos dois anos com a pandemia de Covid ocasionada pelo SARS-COV-2, um vírus da família do coronavírus, confirmando que a população negra é a que mais tem

sofrido os efeitos devastadores dessa crise sanitária.

Se compararmos a taxa de desemprego antes e durante a pandemia, percebe-se um aumento significativo, de acordo com o IBGE. Em 2019 a média global foi de 11%, enquanto que em 2020, no período da pandemia, essa taxa subiu para 13,3%. Quando analisado os dados por grupos raciais, a disparidade é ainda maior. Em 2019, a taxa de desemprego dos autodeclarados pretos foi 13,5%, de pardos 12,6%, enquanto dos brancos foi de 8,7%. Já em 2020 foram registrados os seguintes números de desempregados: pretos (17,8%), pardos (15,4%) e brancos (10,4%).

É importante entender que, a desigualdade racial que reverbera no contexto da pandemia é um reflexo do processo histórico e político da colonização, pois,

cada uma das vítimas da Covid-19 é vítima não apenas do novo agente do coronavírus, mas, principalmente, do racismo estrutural que coloca pessoas indígenas e negras em posições de maior vulnerabilidade, aumentando a suscetibilidade ao contágio daquelas que têm menor acesso às possibilidades de prevenção e tratamento (CUNHA E GONZAGA, 2020, p. 4).

No dossiê *“Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra”* Gomes e Laborne (2018) fazem vários questionamentos às instituições que, a priori, deveriam zelar pela segurança e a vida dos jovens diante dos dados alarmantes de extermínio da juventude, em especial a juventude negra:

o que se pode esperar de uma sociedade que expõe os seus jovens a um grau alarmante de violência? A justiça será capaz de condenar aqueles que são protagonistas desse extermínio? Os direitos humanos serão capazes de proteger esses jovens? O Estado assumirá sua função de proteger a vida dos jovens negros e condenar o seu extermínio? A escola, principalmente a pública, entenderá o seu papel de proteção à vida e não somente de ensinar matemática e português? De preparar para o ENEM? (GOMES E LABORNE, 2018, p. 3)

As questões apresentadas acima se reverberam em diferentes épocas do colonialismo e sempre conduzem a uma mesma narrativa: o silenciamento e o extermínio do povo negro, o inimigo a ser abatido, como denuncia Fanon (1968, p.38):

É que o colono jamais deixa de ser o inimigo, o antagonista, mais exatamente ainda, o homem a abater. O opressor, em sua zona, faz existir o movimento, movimento de dominação, de exploração, de pilhagem. Na outra zona, a coisa colonizada, oprimida, espoliada, alimenta como pode esse movimento, que vai sem transição dos confins do território aos palácios e às docas da "metrópole".

Frente às diferentes formas de violência a que está exposta a população negra, a resistência sempre se fez presente, desde os duros tempos do cativeiro, como forma de se contrapor ao apagamento cultural, histórico e religioso do povo africano e seus descendentes. A luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado,

segundo Fanon, modifica as formas e os conteúdos culturais desse povo e contribuirá não só para o desaparecimento do colonizador, mas também do colonizado.

O livro *Quilombos: espaços de resistência de homens e mulheres negros/as* (2005), traz uma narrativa bastante didática sobre um dos mais importantes espaços de resistência do povo negro, africanos ou descendentes - os Quilombos.

Espalhados por todos os cantos do Brasil constituíram não a única, porém a mais representativa forma de luta contra a escravidão. Dentre as centenas de Quilombos edificadas no país, o mais famoso foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. (BRASIL, 2005, p. 14)

Em *Colonização, Quilombos: modos e significações* (2015), Bispo dos Santos, ou Nego Bispo, enfatiza a história das resistências, rebeliões, insurgências e experiências concretas de construção de comunidades livres e autossustentáveis, como Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher, projetando seus ideais para os dias de hoje.

A resistência do povo negro frente à dominação do colonizador, representada pelos quilombos de ontem e de hoje, é, em algumas ocasiões abordada de maneira superficial nas escolas, muitas vezes restrita à comemoração do dia de Zumbi (Brasil, 2005) ou, ainda, aos eventos promovidos em uma semana de “comemoração” por ocasião do dia da *consciência negra*, sem representar mudanças no currículo escolar.

O documento “Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais” (2006), convoca a comunidade escolar, especialmente os educadores, a estudar a formação dos quilombos rurais e urbanos e das irmandades negras, entre tantas outras formas de organizações coletivas negras, ligando essas experiências ao cotidiano escolar como forma de compreender os mecanismos de resistência da população negra ao longo da história.

Sobre o acesso da população negra à educação, pode-se dizer que sempre se constituiu uma bandeira de luta do Movimento Negro, entendido como um instrumento imprescindível no processo de libertação, de resgate da história e cultura africana e de combate às desigualdades sociais e raciais. Um dos exemplos dessa luta, de acordo com o *portal* Geledés – Instituto da Mulher Negra, foi a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, que visava conquistar posições para o negro em todos os setores da sociedade brasileira, desenvolvendo um significativo trabalho socioeducativo e cultural. Setores da FNB, entre outras ações, foram responsáveis por criar salas de aula de alfabetização para os trabalhadores e trabalhadoras negros/as em diversas localidades do Brasil (BRASIL, 2006).

O Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944 por Abdias do Nascimento, foi outro importante instrumento político que teve como objetivo, dentre outros, resgatar os valores da cultura africana preconceituosamente marginalizados à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante (BRASIL, 2006). O TEN iniciou sua tarefa histórica e revolucionária, de acordo com Abdias do Nascimento,

convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela discriminação: os favelados, as empregadas domésticas, os operários desqualificados, os frequentadores dos "terreiros". Com essa riqueza humana, o TEN educou, formou e apresentou os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra - atores e atrizes - do teatro brasileiro. (...) inspirou e estimulou a criação de uma literatura dramática baseada na experiência afro-brasileira. (NASCIMENTO, 1978, pp. 129-130).

A III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação racial, a Xenofobia e as formas correlatas de intolerância, realizada em Durban na África do Sul, em 2001, representou uma grande conquista para o Movimento Negro, ocasião em que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a escravização de seres humanos negros e suas consequências como crime contra a humanidade, o que fortalece a luta desses povos por reparação humanitária. O Brasil, no documento oficial, ao admitir as responsabilidades históricas “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”, construiu o plano de ação baseado nas resoluções de Durban, em especial voltadas para a educação (BRASIL, 2001).

A partir dessa compreensão, as entidades que fazem o Movimento Negro Brasileiro têm tencionado o debate ao longo dos anos e empreendido reivindicações e propostas históricas que, de alguma forma, pressionaram o Estado a formular projetos, sancionar leis ou ser signatário de acordos internacionais, no sentido de combater ou coibir o racismo e a discriminação racial, garantir o acesso de pessoas negras na educação profissional e universidades e de promover a educação para as relações étnico-raciais. Dentre as ações empreendidas, estão:

- ✓ A Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968);
- ✓ A promulgação da Constituição Federal de 1988, que considera a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível;
- ✓ A Lei nº 7.716/89, a Lei Caó, que define os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor;

- ✓ A Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” (BRASIL, 2006);
- ✓ A Lei Federal nº 12.711/12, que estabeleceu a obrigatoriedade de reserva de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas nas instituições federais de ensino técnico e superior, para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, indígenas, deficientes ou oriundas de escolas públicas.

A lei nº 12.711/12, também conhecida como “lei de cotas” é uma política de reparação e ação afirmativa, fruto da luta do movimento negro que representa um reconhecimento de uma dívida histórica que o país tem com a população negra, na tentativa de equilibrar na área educacional o racismo e as desigualdades existentes há séculos.

### **2.3 O papel da escola no combate ao racismo**

A escola, para além da função social que exerce, constitui-se, na vida da criança e do adolescente, um espaço privilegiado de vivência das relações interpessoais, de sonhos, descobertas e transformação.

Para Felipe e Camargo (2011), a instituição escolar é um dos lugares fundamentais para a construção da identidade do indivíduo desde a infância, mas infelizmente, é também um dos espaços em que o preconceito e a discriminação são desenvolvidos e alimentados, pois reflete os processos sociais da sociedade em que o indivíduo está inserido.

Bell Hooks (2013), faz coro com outros/as escritores/as negros/as, no que se refere à importância do conhecimento na vida da população negra, afirmando que a devoção ao estudo, à vida do intelecto, é um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista.

É nesse sentido que a população negra tem compreendido a importância dos estudos, como um instrumento político de libertação e ascensão, sendo a escola um espaço por excelência na construção de uma educação como prática da liberdade, defendida e vivenciada por Hooks (2013, p. 26), ao afirmar que, para Freire, “a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de trabalhar”.

Para Freire (2011) a educação representa um ato de intervenção no mundo, de forma positiva ou negativa, referindo-se tanto à que aspira a mudanças radicais na

sociedade, em diversos campos, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho, quanto a que, pelo contrário, nega essas mudanças e busca imobilizar a história e manter a ordem injusta.

Para que essa intervenção positiva se concretize por meio da educação, o ambiente escolar precisa problematizar as práticas de exclusão e racismo que vêm da rua para a sala de aula, já que vivemos em uma sociedade preconceituosa. Para Almeida (2019), as instituições necessitam tratar da desigualdade racial de maneira ativa e como um problema, reforçando que, a única forma de uma instituição combater o racismo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. Para isso, o autor sugere que se invista na adoção de políticas internas que visem:

a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero. (ALMEIDA, 2019, p. 48).

A busca incessante por essa educação libertadora e antirracista passa inevitavelmente pela formação dos/as professores/as, na busca de torná-los/as cada vez mais sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações interracialis, no sentido do respeito e da correção de posturas e atitudes. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) apresentam essa necessidade de se investir para que os/as educadores/as recebam uma formação que os/as capacite a compreender e lidar positivamente com as questões relacionadas à diversidade étnico-raciais e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas para trabalhar em sala de aula. Para isso, é necessário refletir sobre a importância da Lei 10.639/2003 enquanto estratégia de combate às desigualdades educacionais e raciais.

É importante não esquecer que, devido a hierarquização racial e de gênero presente na sociedade, as mulheres negras são as mais afetadas pelas situações de racismo no cotidiano escolar, tornando-se corriqueiras situações de bullying e violências das mais diversas, já que os traços fenóticos são considerados incompatíveis com o padrão aceitável em uma sociedade racista e sexista.

Quando as escolas promovem, por exemplo, a famigerada “escolha da rainha”, ela está, de alguma forma, reforçando estereótipos, consciente ou não, do padrão de beleza eurocêntrica e da cultura do branqueamento. Nessa linha de pensamento, a feminista negra Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra -

afirma em seu artigo ‘enegrecer o feminismo’ que as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são tratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca.

A escola e a sala de aula tornam-se, na maioria das vezes, um espaço de sofrimento e solidão para essas jovens negras que enfrentam cotidianamente a discriminação racial, praticada inclusive por quem deveria protegê-las.

O depoimento da escritora negra Thereza Santos em seu livro “Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira” é uma inspiração para nós, mulheres negras, ao reforçar que a saída passa pelo exemplo dos nossos ancestrais e pela apropriação do saber:

Na escola não conseguia me enturmar, percebia o preconceito, um tratamento diferenciado, como se eu fosse uma vassala. Minha avó e seus ensinamentos me vinham à cabeça e me isolava; a leitura era o meu grande refúgio e ficava bem comigo mesma. Tornei-me uma grande observadora e a cada dia, a cada tratamento diferenciado aprendia a ser negra, mais negra e cada vez mais firme na busca de caminhos para mudar o mundo. (SANTOS, 2008. p. 19).

Mirar nas experiências de tantos/as homens e mulheres negros e negras e trazer para os currículos a epistemologia negra pode ser uma importante saída na construção de uma identidade étnico-racial nas escolas, sobretudo da estudante negra para que, a exemplo de Neuza Santos Souza, ao saber-se negra, “possa viver a experiência de ter sido massacrada sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, mas também viver a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”. (SOUZA, 1983, p. 17).

Para isso, reforça-se a importância da formação dos/as educadores/as na perspectiva da igualdade racial e de gênero, no sentido de desconstruir narrativas que corroboram com a inferiorização das pessoas negras, tendo como consequência, entre outras, a evasão escolar dessa população.

### **3 O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL**

Ao tratar do tema educação, é fundamental entendermos que tipo de sociedade estamos construindo quando educamos, já que não existe neutralidade no processo educativo. Sobre isso, Ramos (2018) nos faz os seguintes questionamentos: a nossa

sociedade é uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega direitos ou uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos?

Motivados/as por tais inquietações, acrescentamos outras específicas referentes ao papel dos Institutos Federais em nossa sociedade. É uma instituição que se pode considerar inclusiva? Ela favorece o acesso às minorias socialmente discriminadas, como as pessoas negras, indígenas, deficientes e a população LGBTQI+ nos seus cursos técnicos e superiores? Quais instrumentos dão respaldo a essa política de inclusão? Para responder essas e outras questões, torna-se necessário conhecer um pouco da história dos Institutos Federais e do IFCE e os documentos oficiais que norteiam suas ações político-pedagógicas.

A criação dos Institutos Federais, em 2008, a partir da fusão dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, representou um avanço substancial no ensino profissionalizante, na busca de superação da dualidade histórica entre ensino regular e profissional e na formação integral do indivíduo, ao fortalecer o ensino médio integrado. Para Pacheco (2010), os institutos federais representam uma revolução na educação profissional como estratégia de inclusão e superação de um currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista. Para ele,

A Rede Federal tem condições de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capaz de superar a barbárie neoliberal. (PACHECO, 2010, p. 11).

A superação desse currículo fragmentado e tecnicista tem sido construído nos Institutos Federais por meio de um currículo integrado que prioriza a formação humana, na busca de “garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p. 2).

De fato, os Institutos Federais (IF's), com a política de expansão e de verticalização do ensino, com a oferta de cursos técnicos profissionalizantes, com ênfase nos técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores e de pós-graduação, têm garantido a formação profissional da população, sobretudo das

camadas mais carentes, que sempre estiveram alijadas do sistema de ensino público federal. A qualidade do ensino e dos profissionais da rede tem feito a diferença e garantido as melhores posições no ranking da educação, sendo visível a transformação na vida de muitas famílias pelo êxito profissional dos/as jovens, além de contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões nas quais os IF's estão inseridos.

Na visão de Pacheco, os IF's são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história. Para ele, essas instituições “são caracterizados pela ousadia e inovação que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa”. (PACHECO, 2010, p. 27).

É consenso que, a expansão da rede federal e, conseqüentemente o acesso à educação profissional de qualidade, com o advento dos IF's como política pública, representaram, de fato, um acesso maior da população mais carente e dos/das trabalhadores/as. Porém, essa ação por si só não garante que serão reduzidas as diferenças sociais, considerando que, via de regra, a instituição escolar reproduz os valores da sociedade capitalista, fazendo uso de critérios meritocráticos, promovendo competição entre indivíduos desiguais que não tiveram as mesmas oportunidades, como é o caso dos que pertencem a classe baixa e/ou a grupos étnico-raciais historicamente excluídos.

No entanto, quando se trata do acesso ao ensino público profissional, é importante levar em conta que, não basta considerar a etapa do ingresso (do processo seletivo), mas a dimensão da permanência do estudante e também a qualidade da formação. (AMBROSINI e ESCOTT, 2019).

### **3.1 A política de inclusão e diversidade étnico-racial do IFCE**

É importante compreendermos como tem sido tratada a temática da inclusão e da diversidade no IFCE, além de levantarmos questionamentos em relação às ações empreendidas para garantir o acesso e a permanência das pessoas negras, como forma de superar o histórico abandono dessa população, cujas conseqüências se traduzem em discriminação, violência e fracasso escolar, sendo esse último motivado muitas vezes pela necessidade de trabalhar, devido a situação de pobreza ou extrema pobreza na qual muitos/as se encontram.

Para Santomé (1998), uma educação antimarginalizadora tem de ser planejada e desenvolvida com base na revisão e reconstrução do conhecimento de todos e cada um dos grupos e culturas do mundo. Para o autor, é preciso “construir práticas educacionais para que alunos e alunas desmascarem as dinâmicas políticas, históricas e semióticas que condicionam nossas interpretações, expectativas e possibilidades de intervir na realidade”. (SANTOMÉ, 1998, p. 150).

Nesse sentido, buscou-se analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes, o Documento Norteador para a construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos do IFCE integrados ao Ensino Médio, o Regulamento da política de Assistência Estudantil, bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados em Informática e Nutrição e Dietética do campus Iguatu, traçando um paralelo entre esses documentos analisados.

Percebe-se, a priori, que os documentos oficiais do IFCE citados no parágrafo anterior, trazem no seu escopo, princípios norteadores que visam à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social por meio da Política de Assistência Estudantil (PAE), que “surge para ofertar condições de acesso, permanência e êxito para estudantes, regularmente matriculados, em instituições de ensino, reafirmando a educação como um direito social que deve ser garantido pelo Estado a todos, independente do pertencimento à classe social, raça, gênero ou etnia, promovendo a inclusão social pela educação”. (IFCE, 2018, p. 129).

O PDI, planejado para o quadriênio 2019 a 2023, apresenta dois temas estratégicos que, de certa forma, podem contribuir para o acesso e a permanência de pessoas negras na instituição. São eles: 1- Acessibilidade e Diversidade; e 2- Ampliação do Número de Estudantes Egressos com Êxito, que correspondem, respectivamente, aos seguintes objetivos estratégicos, conforme o documento oficial: (1) fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial e (2) reduzir o número de estudantes retidos; reduzir a evasão discente; preencher as vagas ofertadas e ampliar o número de vagas ofertadas. (PDI/IFCE, 2018, p. 59).

O PPI do IFCE, construído em consonância com o PDI, constitui-se como um “documento em construção”, imprescindível na condução das ações pedagógicas e fundamenta-se “nos princípios relacionados à escola democrática” (p. 18), tais como: Igualdade, equidade, gestão democrática, liberdade e universalidade. O documento

traz uma percepção clara a respeito da inclusão, social e racial, ao escolher como um dos princípios pedagógicos o respeito à diversidade, considerando “a diferença intrínseca a cada indivíduo, em contraposição ao preconceito, à discriminação e intolerância, os quais, inevitavelmente, levam à violência e exclusão social, prejudiciais ao convívio e à aprendizagem”. (p.35).

Ainda sobre o PPI, a diversidade e a acessibilidade configuram-se como ações institucionais vinculadas à extensão no IFCE, cuja missão fundamental é dar uma resposta às necessidades da sociedade. De acordo com o documento, considera-se como grande desafio:

Pensar ações para as pessoas com deficiência, negros, indígenas, quilombolas, mulheres e o público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), agricultores, povos do mar, etc, (...) dentro de um coletivo e não apenas em sua individualidade, na compreensão de que todos e todas devem ter um lugar no mundo, com condições de viver em situação de equidade social. (PPI/IFCE, p.112).

O Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, elaborado para o período de 2017 a 2024, aprovado pela Resolução Consup nº67, de 31 de julho de 2017, que tem como objetivo fortalecer a qualidade do ensino através de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica, levou em consideração algumas variáveis “que corroboram com a retenção e evasão por curso no IFCE, classificadas em três categorias”, a saber:

a) Fatores individuais que apresentam aspectos inerentes aos estudantes; b) fatores internos à instituição que se referem a problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores institucionais que conduzem o aluno a evadir-se do curso e c) fatores externos à instituição relacionados às dificuldades sociais e financeiras do estudante em permanecer no curso e a questões inerentes à futura profissão. (CEARÁ, 2017, p. 9)

Um dos fatores internos à instituição, mencionado no documento, em sintonia com os documentos citados anteriormente, diz respeito à Inclusão Social e o Respeito à Diversidade, apresentando como causa a “necessidade de fortalecer o respeito à diversidade e a inclusão social, bem como o respeito às diferenças” (p. 94), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Causas e Medidas de Intervenção – Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFCE

Causas	Medidas de Intervenção
	<b>MI220.</b> Promover iniciativas que conscientizem a comunidade acadêmica sobre ações afirmativas;

<p><b>C102.</b> Necessidade de fortalecer o respeito à diversidade e a inclusão social, bem como o respeito às diferenças</p>	<p><b>MI221.</b> Definir estratégias para ampliar e fortalecer as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne);</p> <p><b>MI223.</b> Acrescentar nos Planos de Unidades Didáticas (PUDs) dos cursos técnicos e de graduação conteúdos que abordem e valorizem o respeito à diversidade;</p> <p><b>MI225.</b> Fortalecer os núcleos de acessibilidade e de indígenas e quilombolas.</p>
---	---

Fonte: Elaborado pela autora com base no documento original.

Ao propor medidas de intervenção que busquem fortalecer o respeito à diversidade e à inclusão social, o IFCE tem empreendido diversas ações estruturais, na perspectiva da formação integral dos/as estudantes, com ênfase nos que pertencem às minorias socialmente excluídas, como negros/as, indígenas, quilombolas, deficientes, dentre outros. A implementação de muitas das políticas relacionadas as questões raciais foram e são bandeiras de luta do movimento negro que encontraram eco na pauta institucional, dentre as quais destacam-se:

- ✓ Implementação da Lei Federal nº 12.711/12, a lei de cotas, em 2012;
- ✓ Regulamentação da Política de Assistência Estudantil – 2015;
- ✓ Criação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - Resolução nº 071 de 31 de julho de 2017;
- ✓ Implementação das comissões de Heteroidentificação – Resolução nº 87 de 07 de outubro de 2019.

O IFCE tem cumprido, desde o ano da homologação, a Lei 12.711/12, atualizada pela Lei 13.409/16, ofertando em seus editais de seleção para cursos técnicos ou superior, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas (Art. 4º) que são preenchidas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas (PPI) e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Art. 5º). Para os cursos

técnicos integrados ao ensino médio, as vagas são distribuídas conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Tipos de cotas raciais e público alvo

TIPO DE COTA	PUBLICO ALVO
L1:	Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
L2:	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
L5:	Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
L6:	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Edital Nº 19 – 2021-Anexo I/DI/PROEN/REITORIA/IFCE.

Uma medida importante que veio corroborar com o processo de ingresso de pessoas negras na rede federal pelo sistema de cotas foi a regulamentação das ações de heteroidentificação, que se constitui em um procedimento complementar à identificação por autodeclaração, para preenchimento de vagas nas instituições federais de ensino superior e técnico (Lei nº 12.711/12) e vagas para Concursos Públicos Federais (Lei nº 12.990/14), pelo sistema de cotas raciais.

No IFCE o processo de heteroidentificação foi regulamentado pela resolução nº 87 do IFCE que define os procedimentos acerca das ações relacionadas à aferição de veracidade da autodeclaração de candidatos/as negros/as, no âmbito dos processos seletivos para ingresso nos cursos técnicos, pós-técnico, de graduação e pós-graduação do IFCE. O referido regulamento apresenta como principal objetivo combater as constantes fraudes “no que se referem ao usufruto da reserva de vagas para negros/as, ao mesmo tempo em que defende o contraditório, a justa defesa, o processo legal e o respeito à dignidade humana”. (Resolução nº 87/IFCE, art. 3º).

A Política de Assistência Estudantil do IFCE, regulamentada em 2015, constitui-se em um importante instrumento no desenvolvimento integral e integrado do estudante, fortalecendo o processo de permanência e êxito estudantil. Para isso, visa atender, além dos objetivos estabelecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010), outros específicos à realidade local, dentre os quais podemos destacar, considerando o público alvo desta pesquisa: reduzir as desigualdades sociais; ampliar as condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social; promover o acesso universal à saúde, ancorado no princípio da integralidade e contribuir para a inserção do aluno no mundo do trabalho, enquanto ser social, político e técnico. (IFCE, 2015).

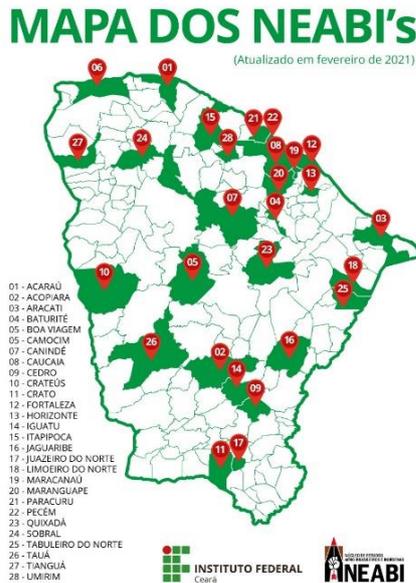
A inclusão da população negra nos cursos técnicos integrados é respaldada por essa política de assistência a partir dos seguintes princípios: valorização das condições de permanência, êxito e conclusão de curso dos estudantes do ensino técnico e superior, mediante serviços e/ou auxílios e equidade na prestação dos serviços educacionais, visando o acesso, a permanência e o êxito acadêmico, dentre outros. As diretrizes do programa também contribuem com esse processo de inclusão, ao pautar a oferta de educação pública, gratuita, laica e de qualidade e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação.

Nesse processo de inclusão, merece destaque a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs), por meio da Resolução nº 071 de 31 de julho de 2017, que representa um imprescindível instrumento de formação política e de luta contra o racismo estrutural e institucional no IFCE, tendo como missão:

Sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará. (IFCE, Regimento Interno, 2017.)

O NEABI está voltado para ações afirmativas sobre africanidade, cultura negra e história do negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e nas questões indígenas, Lei nº 11.645/2008, e diretrizes curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão (R.I. art. 2º) e está presente em vinte e oito dos trinta e três *campi* do IFCE, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Mapa dos NEABI's do IFCE



Fonte: site institucional do IFCE (2021).

Destaca-se como conquista dos NEABIs, a viabilização de uma importante bandeira de luta, mesmo que tardiamente, que foi a implementação da Lei 10.639/2003, modificada pela lei 11.645/2008, nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), de nível médio e superior, com a inclusão das temáticas de "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", nas matrizes curriculares, conforme Ofício-Circular nº 12/2019 da Pró-Reitoria do IFCE com orientações aos gestores/as de ensino e coordenadores/as dos NEABI's dos campi sobre a aplicação das Leis Nº 10.639/03 e 11.645/08 nos currículos, em resposta a demanda manifestada pelos NEABI's.

Para Ciavatta (2008), conhecer e compreender a própria história é um fator determinante para que as escolas sejam capazes de construir organicamente seu próprio projeto político-pedagógico e assumirem o desafio de uma formação integrada.

O Documento norteador para a construção dos PPCs integrados ao Ensino Médio do IFCE, elaborado em 2014 pela Pró-Reitoria de Ensino do IFCE, já contemplava nas orientações para a composição da Matriz Curricular, as recomendações sobre a obrigatoriedade da referida lei, como vemos a seguir:

Sobre o ensino da História do Brasil, a LDB vigente faz as seguintes determinações: Art. 26-A: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena." (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá

diversos aspectos da história e da cultura, que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena. (IFCE, 2014, p. 19).

Importante ressaltar que, a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira, através da lei 10.639/03, foi uma conquista do movimento negro engajado na luta antirracista. Contudo, torná-lo obrigatório não garante a sua total implementação, posto que outros fatores estão diretamente relacionados, como por exemplo, vontade política, formação continuada dos/as docentes e produção de material didático suficiente para atender a demanda, no âmbito federal, estadual e municipal.

Ainda que tenha se passado quase duas décadas da promulgação da referida lei, incluir nos currículos essas narrativas, representa um avanço na busca de se romper com a dominância de algumas culturas tidas como hegemônicas.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

Para atingir o objetivo proposto, qual seja, compreender os desafios e as possibilidades de acesso e permanência das pessoas negras nos cursos integrados do IFCE campus Iguatu, esta pesquisa ancora-se na abordagem **qualitativa** que, de acordo com Deslandes (2009), trabalha com o conjunto de fenômenos humanos, entendido como parte da realidade social e, por isso, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos, pois o seu objeto é o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Segundo a autora, “esse tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (p.22)

Constitui-se, ainda, como uma pesquisa descritiva e exploratória, cuja finalidade consiste em desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, indo de encontro ao objetivo deste trabalho, pois a problemática do acesso e da permanência de pessoas negras nos cursos integrados ao EM do IFCE campus Iguatu, necessita

ser conhecida e compreendida com vistas a uma mudança de postura de todos/as que fazem a comunidade escolar. Para Gil (2008, p. 27), “de todos os tipos de pesquisa, a exploratória é a que apresenta menor rigidez no planejamento e, habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”. Ainda segundo o autor, o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

#### **4.1 Etapas da Pesquisa**

Quanto aos procedimentos adotados para a coleta de dados, foram realizadas em três etapas: bibliográfica, documental e de campo, as quais possibilitaram um maior conhecimento do estudo proposto, culminando na elaboração do produto educacional, como forma de responder às inquietações e os desafios apresentados em todas as fases do estudo.

A **pesquisa bibliográfica**, baseada na utilização de referências teóricas sobre a temática pesquisada já publicadas em livros, artigos científicos, dissertações, teses, etc., estendeu-se durante todo o período da pesquisa. Para tal fim, foram utilizados o banco de dados de Teses e Dissertações, o Google Acadêmico e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na busca de trabalhos publicados em língua portuguesa no período de 2000 a 2020, utilizando os seguintes descritores: “acesso”, “permanência”, “educação profissional”, “racismo”, educação étnico-racial” e “instituto federal”. Para maior enriquecimento do trabalho, foram também utilizadas publicações de pesquisadores/as, na sua maioria negros/as, como Almeida (2019), Kilomba (2019), Fernandes (1989), Freire (1987) Sousa (1983) Fanon (1968), dentre outros.

A **pesquisa documental** utiliza-se de fontes de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. No caso da presente pesquisa constituiu-se da análise dos documentos institucionais do IFCE, como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Permanência e Êxito (PPE), Documento Norteador para Construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados do IFCE, em que buscou-se verificar a existência de metas e ações que visem a diversidade étnico-racial e a política de acesso, permanência e êxito de

pessoas negras. Outro instrumento importante utilizado nesta pesquisa foi o Sistema Q-Acadêmico do IFCE, que nos forneceu dados dos/as estudantes como número de matrículas total, por cursos pesquisados, pelo critério cor e por renda familiar, no período de 2016 a 2021.

A **pesquisa de campo**, terceira etapa da investigação, tem como objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (Marconi e Lakatos, 2002, p. 83).

Para além dos dados acumulados,

o processo de campo nos leva à reformulação dos caminhos da pesquisa, através das descobertas de novas pistas, das quais podemos nos tornar agentes de mediação entre a análise e a produção de informações, entendidas como elos fundamentais". (Minayo, 2001, p. 62)

A abordagem técnica utilizada na pesquisa de campo foi a entrevista, na qual se buscou obter informações contidas na fala dos atores sociais, enquanto sujeitos da pesquisa, que vivenciam uma determinada realidade, neste caso, as relações étnico-raciais na instituição escolar e todas suas consequências socioculturais e educacionais no cotidiano das pessoas negras.

O contato inicial com os participantes foi feito pelo aplicativo WhatsApp e por e-mail, disponíveis no Sistema Acadêmico do IFCE considerando os critérios de inclusão já mencionados. Para isso, cumpriu-se previamente as exigências do Comitê de Ética do IF Sertão Pernambucano, para a realização da coleta de dados, após a aprovação do parecer, através dos documentos: Autorização para uso de dados e Carta de Anuência do IFCE, Termo de Sigilo e Compromisso, Termo de Assentimento e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram convidados, num total, vinte estudantes, sendo onze autodeclarados pretos/as e nove autodeclarados pardos/as. Desse quantitativo, oito estudantes não aceitaram o convite, por diferentes motivos: quatro não atenderam e não retornaram às ligações telefônicas, dois não estavam frequentando o curso e dois disseram que não queriam participar por não se identificarem com a temática da pesquisa. Dos doze estudantes que concordaram em participar, seis são menores de 18 anos e, portanto, a participação dos mesmos foi devidamente autorizada pelos pais ou responsáveis, por meio do TCLE, após receberem todas as informações sobre a pesquisa.

Concordamos com Minayo (2001) quando afirma que a entrevista "não significa

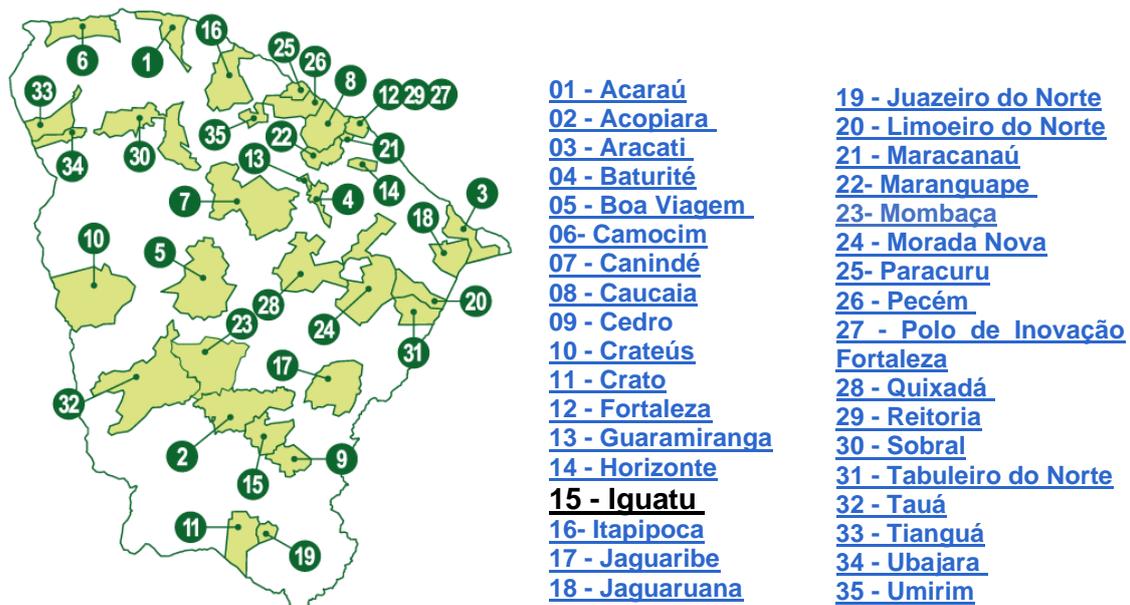
uma conversa despretensiosa e neutra” (p. 57), uma vez que se caracteriza por uma comunicação verbal e como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico, através da qual podemos obter dados objetivos e subjetivos.

#### **4.2 Caracterização do campo social da pesquisa**

O campo social escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o campus Iguatu, localizado na região Centro-Sul do Ceará, que integra o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

O IFCE é uma instituição que pertence à rede federal de ensino, criada nos termos da Lei. N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET) com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Possui um total de 31 (trinta e um) campi, 03 (três) campi avançados e 01 (um) polo de inovação, nos quais são ofertados cursos técnicos de nível médio, superiores e de pós-graduação, sempre atendendo aos arranjos produtivos e às demandas locais. São 81 (oitenta e um) cursos técnicos de nível médio. Destes, 19 (dezenove) são no formato integrado ao ensino médio, 22 (vinte e dois) no formato concomitante e 40 (quarenta) subsequentes ou pós-médio. Os cursos superiores são: bacharelados (17), licenciaturas (13) e tecnólogos (20). A nível de pós-graduação o IFCE oferece 27 (vinte e sete) especializações, 10 (dez) mestrados e 03 (três) doutorados em parceria com universidades. Veja abaixo o mapa dos *campi* do IFCE, no qual está localizado o campus Iguatu:

Figura 2 – Mapa do IFCE



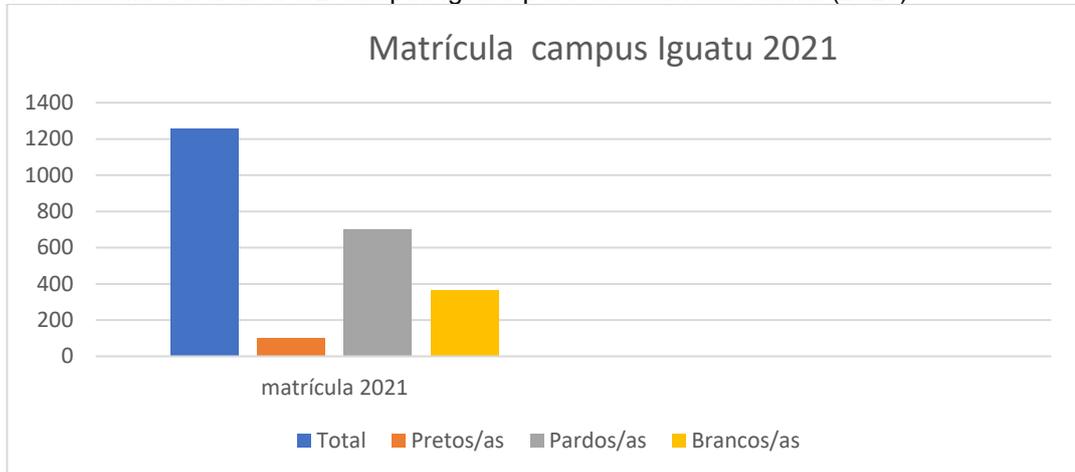
Fonte: site oficial do IFCE (2021).

O campus Iguatu é uma instituição sexagenária, localizado na região Centro-Sul do Estado, que passou por várias mudanças no decorrer da sua história e que tem contribuído na formação profissional e acadêmica de muitos/as jovens, sobretudo das camadas populares. Criado em março de 1955, baseado no Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, tinha como objetivo formar professores/as para o magistério do Curso de Extensão em Economia Doméstica, passando a ministrar, em 11 de outubro de 1963, o Curso Técnico em Economia Doméstica, em nível de 2º Grau. Em 04 de setembro de 1979 recebeu a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu (EAFI), estabelecida pelo Decreto nº 83.935/1979, e em 2008, com a unificação das Escolas Agrotécnicas Federais e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED's), passou a compor o IFCE, instituído pelo Governo Federal nos termos da Lei. N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O campus Iguatu possui uma matrícula de 1.234 estudantes, distribuídos/as em duas Unidades de Ensino – Areias e Cajazeiras - matriculados/as nos seguintes cursos: Técnicos Integrados ao Ensino Médio em: Agroindústria, Agropecuária, Nutrição e Dietética e Informática; Técnicos Subsequentes em: Agroindústria, Agropecuária, Comércio, Nutrição e Dietética, Informática, e Zootecnia; cursos superiores de Tecnologia em Irrigação e Drenagem; licenciaturas plena em Geografia e Química; bacharelados em Serviço Social e em Engenharia Agrícola e

especializações em Educação Profissional e Tecnológica e em Gestão de Micro e Pequenas Empresas. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos estudantes por raça/cor, de acordo com a definição do IBGE:

Gráfico 1 - Matrícula Geral do IFCE campus Iguatu por Pertencimento Racial (2021)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico do IFCE (2021).

Nota-se que, conforme a apresentação do gráfico acima, o número de estudantes negros/as em 2021, que corresponde a soma de pretos/as e pardos/as, e três vezes superior ao número de brancos/as são: 102 (centro e dois) pretos/as, 705 (setecentos e cinco) pardos/as e 364 (trezentos e sessenta e quatro) brancos/as. Entre os que não informaram ou não quiseram declarar a identidade racial, somam-se 74 (setenta e quatro) estudantes.

### 4.3 Sujeitos sociais da pesquisa

Os sujeitos sociais da pesquisa são estudantes autodeclarados/as pretos/as e pardos/as, matriculados/as no ano/semestre letivo 2021.1 dos Cursos Técnicos Integrados em Informática e em Nutrição e Dietética da Unidade Areias, que concordaram participar como voluntários/as, mediante os critérios previstos nos TCLE e Termo de Assentimento, esse último para os menores de 18 anos. Os doze voluntários/as têm entre 16 e 19 anos, sendo sete mulheres e cinco homens. Dos doze participantes, sete se autodeclararam pretos/as e cinco pardos/as.

Sobre os critérios de inclusão dos sujeitos, estabelecido previamente, além de estarem matriculados nos cursos citados e da autodeclaração racial, seria cursar o último ano/semestre do ensino médio integrado, por compreendermos uma maior maturidade e experiência por parte desse grupo. No entanto, considerando a situação atípica que estamos vivenciando devido o contexto da pandemia do coronavírus,

fizemos alguns ajustes nos critérios, incluindo estudantes de outras séries letivas para que tivéssemos uma maior representatividade e uma quantidade maior de informações acerca do assunto, muito embora, em se tratando de pesquisa qualitativa de cunho social, concordamos com SILVA (2020, p. 129) quando diz que “a escolha dos participantes a serem entrevistados não assume posições estatísticas, onde a quantidade irá conduzir a qualidade do estudo”.

Importante ressaltar que os doze participantes da pesquisa, sete do sexo feminino e cinco do sexo masculino, se mostraram bastante interessados/as em contribuir com o trabalho, demonstrando notável satisfação por terem sido convidados/as, o que vai de encontro a afirmação de Szymanski (2011, p. 13) quando diz que, “o entrevistado, ao aceitar o convite para participar da pesquisa, está aceitando os interesses de quem está fazendo a pesquisa, ao mesmo tempo que descobre ser dono de um conhecimento importante para o outro”.

Para garantir a proteção da identidade dos/as participantes da pesquisa, foram-lhes atribuídos, ao invés de números ou letras, nomes não-fictícios, escolhidos de forma consciente e política pela pesquisadora, como uma oportunidade de homenagear algumas crianças e jovens negros/as, entre tantas, vítimas da violência policial e institucional e, ao mesmo tempo, denunciar o racismo cotidiano e estrutural que segue interrompendo vidas e sonhos, diariamente, de jovens negros/as desse país. Os que foram escolhidos para emprestar seus nomes aos participantes da pesquisa, tinham entre 4 e 24 anos de idade, a maioria vítima de “bala perdida” que sempre encontra um alvo: o/a jovem pobre e negro/a da periferia. Portanto, para identificar os sujeitos da pesquisa, foram escolhidos os seguintes nomes: Ágatha Vitória<sup>1</sup>, Anna Carolina<sup>2</sup>, João Pedro<sup>3</sup>, Miguel Otávio<sup>4</sup>, Rayane Cardoso<sup>5</sup>, Maria Alice<sup>6</sup>, Rebeca Beatriz<sup>7</sup>, Emilly Victoria<sup>8</sup>, Lucas Mateus<sup>9</sup>, Alexandre<sup>10</sup>, Fernando<sup>11</sup> e Kathlen Romeu<sup>12</sup>. A sequência acima segue a ordem cronológica dos acontecimentos (2019 a 2021), que vitimou essas crianças e jovens, conforme informações no apêndice E.

## **4.4 Análise dos dados**

### **4.4.1 Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Análise**

Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), que consiste em conduzir a compreensão mais organizada da investigação por meio de um processo integrado de análise e de síntese, possibilitando uma participação na reconstrução dos discursos em que estão

inseridos/as o/a pesquisador/a e os/as participantes da pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2006). Moraes e Galiazzi (2013, p. 11) destacam que a utilização dessa abordagem nas pesquisas qualitativas tem sido frequente por aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados a partir de uma análise rigorosa e criteriosa, pois “não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão”.

Trata-se de uma análise que busca produzir novos entendimentos para compreender com maior rigor e qualificação o fenômeno e os discursos por meio de uma metodologia que possui dois movimentos opostos e complementares: o processo recursivo de desconstrução, na qual se constitui a análise, seguido da reconstrução - a própria síntese. Esse ciclo propicia a ocorrência de uma emergência de (novos) entendimentos.

O ciclo principal de operacionalização da sequência recursiva é composto pela desconstrução do corpus, unitarização e categorização, organizada por Moraes e Galiazzi (2013) em quatro passos:

Quadro 3– Organização dos Elementos Principais da Análise Textual Discursiva (ATD)

<b>ORGANIZAÇÃO DA ATD E ELEMENTOS PRINCIPAIS</b>		
1º	<b>Desmontagem dos textos:</b> também denominado de processo de unitarização, implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 11).	Desmontagem do corpus, fragmentando e codificando para se chegar as unidades de sentido.
2º	<b>Estabelecimento de relações:</b> processo denominado de categorização, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 12).	Relação entre as unidades de sentido por meio da sua combinação e classificação para se formar as categorias.
3º	<b>Captando o novo emergente:</b> a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constitui o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores (MORAES; GALIAZZI, 2013, p.	Uma nova compreensão, reconstruída pelos dados, análise e interpretação, comunica e valida as emergências e impressões resultando num metatexto.

	12).	
4°	<b>Um processo auto-organizado:</b> o ciclo de análise descrito, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, em seu todo constitui um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. Mesmo assim é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa concretizar-se (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 12).	Processo de aprendizagem por meio da racionalização e planejamento, resultando na construção de novos e fecundos significados, conhecimentos e interpretações.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moraes e Galiazzi (2013).

Mediante tais considerações, com o material das entrevistas transformado em texto por meio da transcrição, foi realizada a desmontagem/unitarização do texto, permitindo a geração de um novo conjunto de texto, mantendo a visão geral e a totalidade do material. Assim, após leitura e releitura do texto até a saturação, chegou-se às categorias analíticas ou unidades de sentido extraídas das narrativas dos participantes. Entendendo que existem semelhanças de significados que podem ser discutidos em uma mesma ótica, as categorias serão construídas de acordo com a semelhança, estrutura, níveis e amplitude (SILVA, 2020).

Com a unitarização, serão criadas as categorias iniciais constituídas de palavras-chaves, agrupadas por relação, semelhança e sentido, que, na sequência, comporão as categorias finais.

De acordo com Silva (2020, p. 128), na etapa da categorização “ocorre uma síntese e organização das informações que o pesquisador dispõe e irão, na sequência, ser teorizadas para dar sentido a essa dinâmica”. A utilização da ATD dar-se-á por ser uma abordagem de análise criativa e não dominante, “se inserindo preferencialmente em pesquisas de cunho aberto, em que as próprias interrogações vão se constituindo de forma emergente, necessariamente representa um caminho inseguro” (MORAES; GALIAZZI, 2013, p. 167), na qual instiga o pesquisador a trilhar um caminho de descoberta e desafios, movimentados pelo livre pensamento criativo, onde serão gerados os metatextos que conterão as experiências dos participantes e sua análise e interpretação.

#### 4.4.2 Descrição da Análise Textual Discursiva no âmbito da Pesquisa

Conforme descrito anteriormente, a pesquisa de campo utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista e contou com doze participantes

autodeclarados pretos ou pardos, dos Cursos Técnicos Integrados em Informática e Nutrição e Dietética do IFCE, campus Iguatu. Na intenção de responder ao problema proposto para investigação, foram abordados na entrevista diversos subtemas relacionados a: identidade racial, sistema de cotas, ingresso e permanência escolar, racismo, igualdade de oportunidade para brancos e negros, estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, dentre outras questões, possibilitando aos participantes analisarem as suas ideias e a de seus colegas e refletirem sobre práticas racistas e as ações para combatê-las no âmbito escolar.

O primeiro passo da ATD, a unitarização do corpus, iniciou-se com a transcrição das respostas dos/as entrevistados/as, que foram codificadas para facilitar a localização dos fragmentos no texto original. O movimento de escrita e reescrita foi um processo envolto em sentimentos, gestos e aprendizados, por se tratar de temas do cotidiano de pessoas negras, no caso dos/as envolvidos/as na pesquisa, mas que não estão presentes na rotina da sala de aula ou são silenciados cotidianamente.

Finalizada a primeira etapa, deu-se a escolha das categorias iniciais tendo por critério o maior número de respostas semelhantes do produto unitarizado, implicando na organização de estruturas de níveis variados com maior ou menor amplitude. Assim, foi possível organizar 10 (dez) categorias iniciais, apresentadas no Quadro abaixo:

Quadro 4 - Categorias Iniciais da ATD

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Título da Categoria</b>	<b>Número de Respostas</b>
1	Autodeclaração racial de acordo com o fenótipo	10
2	Não utilização das cotas raciais para ingressar no IFCE	09
3	Teve facilidade quanto ao acesso ao EM do IFCE	10
4	Não enfrenta grandes dificuldades em permanecer nos estudos	08
5	Nunca pensou em desistir de estudar	09
6	Nunca sofreu preconceito racial no IFCE campus Iguatu	10
7	A população negra tem mais dificuldades no acesso, permanência e êxito escolar	08
8	Oportunidades iguais para brancos e negros no campus Iguatu	10

9	Não há estudos sistemáticos das relações étnico-raciais em sala	07
10	Considera importante o estudo da história e cultura afro-brasileira	12

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva, 2020.

Após releitura e análise das unidades de sentido apresentadas pelos participantes, foi possível reorganizar as nove categorias iniciais em quatro categorias finais, na busca de alcançar os resultados propostos pela pesquisa, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Categorias Finais da ATD

<b>Categorias Finais</b>	<b>Título da Categoria</b>	<b>Categorias Iniciais</b>
<b>I</b>	autodeclaração e pertencimento étnico-racial	1, 2
<b>II</b>	Ingresso, permanência e êxito da população negra no IFCE	3, 4, 5, 7
<b>III</b>	Percepções sobre racismo	6, 8
<b>IV</b>	Discussões sobre implementação do estudo das relações étnico-raciais no IFCE campus Iguatu	9, 10

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (2020).

As categorias finais, síntese das respostas dos sujeitos sociais da pesquisa, nos permitem compreender suas percepções, em linhas gerais, sobre a temática pesquisada, a partir dos subtemas tratados na entrevista. Torna-se necessário, no entanto, detalhar cada categoria para enxergarmos, nas entrelinhas, os pormenores das falas dos/as estudantes, aquilo que ficou subentendido nos gestos, no tom da voz ou mesmo no silêncio, à luz do referencial teórico, dos documentos oficiais do IFCE e da compreensão da pesquisadora. O capítulo seguinte trata, portanto, dessas percepções.

## **5 PERCEPÇÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR DE PESSOAS NEGRAS NO CAMPUS IGUATU E A RELAÇÃO COM O RACISMO**

### **5.1 Percepções sobre o acesso e a permanência escolar a partir dos documentos oficiais do IFCE campus Iguatu**

O campus Iguatu está entre um dos maiores do IFCE, em número e variedade de cursos, matrículas e servidores, fatores que podem ser determinantes em termos de inclusão e qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. De acordo com informações da Diretoria de Gestão de Pessoas, o quadro de servidores/as do campus atualmente é composto por 110 (cento e dez) Técnicos Administrativos e 91 (noventa e um) docentes, contemplando as diversas áreas de atuação e conhecimento.

No que se refere à Assistência Estudantil, o campus Iguatu tem operacionalizado essa política afirmativa de inclusão, por meio do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) e de uma equipe multidisciplinar constituída de profissionais de diferentes áreas de atuação, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 – Equipe Multidisciplinar do Departamento de Assistência Estudantil do IFCE campus Iguatu

<b>CARGOS</b>	<b>QUANT.</b>
Assistente de Aluno	06
Assistente Social	02
Enfermeiro	01
Médico	01
Nutricionista	01
Odontólogo	02
Psicólogo	02

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do DAE.

Ao analisarmos os fatores que possibilitam a permanência e êxito dos estudantes, a composição da equipe multidisciplinar representa uma grande possibilidade de sucesso nesse processo de inclusão, visto que o processo de ensino e a aprendizagem exige, para além da mediação do conhecimento pelo/a docente, um acompanhamento multiprofissional que possibilite a formação integral do indivíduo, considerando os aspectos cognitivos, psicológicos, sociais, dentre outros.

A política de concessão de auxílio estudantil, mesmo não considerando o quesito cor/etnia, representa uma importante ação afirmativa de combate à evasão escolar e tem beneficiado diretamente as pessoas negras, já que, comprovadamente, a grande maioria pertence ao grupo com a menor renda familiar, conforme informações do sistema acadêmico, referente aos cursos de Informática e Nutrição, conforme o quadro abaixo:

Quadro 7 – Informações de Matrícula por Renda Familiar e Pertencimento Racial dos Cursos técnicos Integrados em Informática e Nutrição do campus Iguatu

MATRIC. 2016 a 2021	INFORMATICA						NUTRIÇÃO					
	QUANT	Renda Familiar (S/M <sup>1</sup> )					QUANT	Renda Familiar (S/M)				
		≤ 1	1 a 2	2 a 3	Acima de 3	S/I <sup>2</sup>		≤ 1	1 a 2	2 a 3	Acima de 3	S/I
<b>PRETOS</b>	12	08	01	-	01	02	13	06	-	-	-	06
<b>PARDOS</b>	116	28	27	03	02	56	173	61	18	10	01	90
<b>TOTAL</b>	128	36	28	03	03	58	186	67	15	07	01	96

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico IFCE (2021).

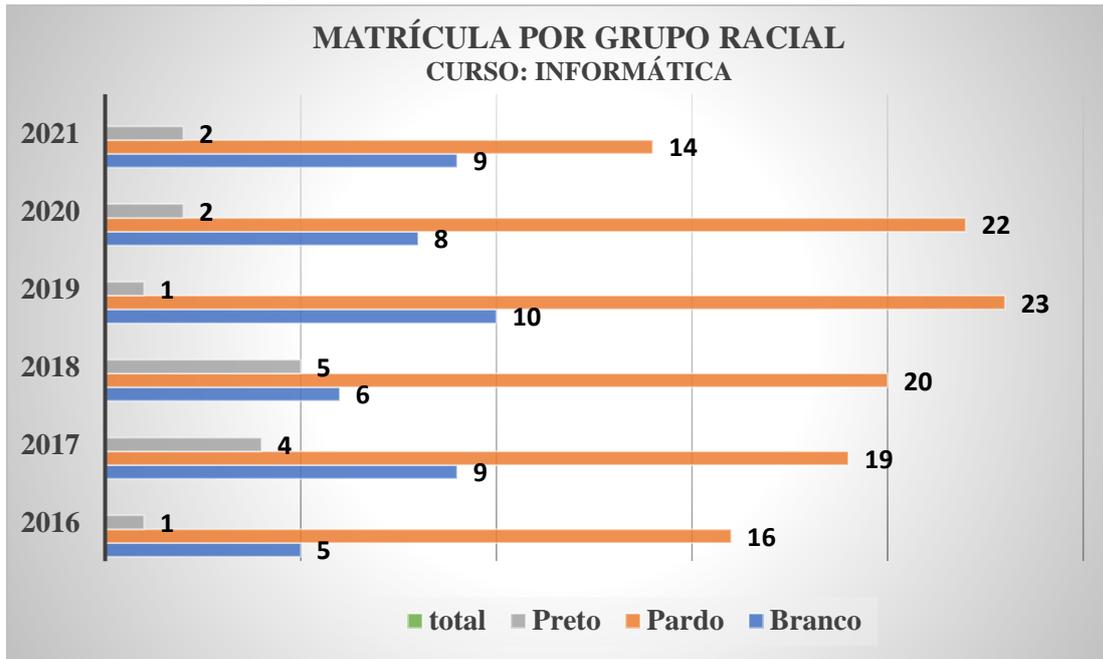
Ainda que o número de estudantes que não informaram a renda seja bastante elevado, principalmente entre os pardos, percebe-se que, dos que informaram, a grande maioria dos/as autodeclarados/as pretos/as tem renda familiar inferior ou igual a 01 (um) salário mínimo e entre os pardos a renda da grande maioria não ultrapassa dois salários mínimos. Isso reforça a necessidade da continuação e até ampliação dos auxílios estudantis e que se analise a possibilidade de acrescentar nos critérios de desempate para concessão do auxílio, o quesito raça/cor, considerando a vulnerabilidade da população negra.

Em seções anteriores, considerou-se como um dos elementos desencadeador da desistência escolar e da pouca escolaridade de uma parte da população negra, o racismo estrutural e suas manifestações, referendado por diversos/as pesquisadores/as, na maioria negros/as, como Silvio Almeida, Kambelegue Munanga, Grada Kilomba, Neusa dos Santos, dentre outros.

A partir dessas considerações, buscou-se traçar um perfil do público-alvo da pesquisa, estudantes negros/as dos cursos técnicos integrados de Informática e Nutrição e Dietética do campus Iguatu, no período de 2016 a 2021, considerando os seguintes aspectos: forma de acesso, permanência e êxito escolar.

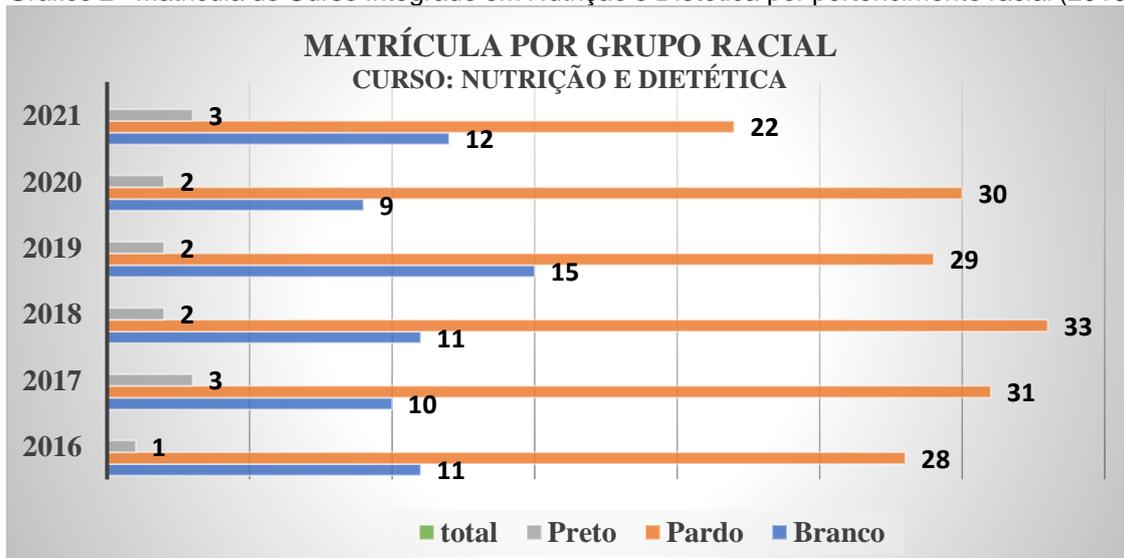
Da matrícula total dos dois cursos pesquisados nos últimos seis anos, o percentual dos/as que se autodeclararam negros/as (pretos/as e pardos/as) e brancos/as estão assim distribuídos/as:

Gráfico 2 – Matrícula do Curso Integrado em Informática por pertencimento racial (2016 a 2021)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico do IFCE (2021).

Gráfico 2 - Matrícula do Curso Integrado em Nutrição e Dietética por pertencimento racial (2016 a 2021)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico do IFCE (2021).

Fica evidente pelos dados acima que o ingresso de pessoas negras nos dois cursos, somando-se pretos/as e pardos/as, de acordo com a classificação do IBGE, supera o número de pessoas brancas em até três vezes. No entanto, quando analisamos separadamente, o número dos que se autodeclaram pretos/as é muito inferior aos/as brancos/as e aos/as pardos/as, o que pode representar um sintoma do racismo e suas consequências que afeta as pessoas pretas em maior proporção, a ponto de alguns não assumirem sua identidade racial.

Para os organizadores do livro *Heteroidentificação e cotas raciais* (2018), Dias e Junior (2018), devido ao processo de miscigenação no Brasil, a categoria “pardo” é

o ponto de maior discussão entre pesquisadores e movimentos sociais. Para eles, muitos estudiosos entendem que,

Os pardos estariam situados em posição intermediária entre os pretos e os brancos. Isso porque os pardos sofreriam menos discriminação racial do que os pretos, embora ambos estejam classificados na categoria negro, segundo o critério raça/cor estabelecido pelo IBGE. (DIAS; JUNIOR, 2018, p. 39)

É também bastante sintomático o fato de que, grande parte dos estudantes dos cursos pesquisados não utilizaram o sistema de cotas para ingressar nos cursos técnicos, direito garantido pela Lei 12.711/12, atualizada pela Lei 13.409/16. Vejam os dados abaixo:

Quadro 8 - Informações de Matrícula por Pertencimento Racial e Sistema de Cotas dos Cursos técnicos Integrados em Informática e Nutrição do campus Iguatu

CURSOS MATRIC. 2016 a 2021	INFORMÁTICA			NUTRIÇÃO		
	QUANT	SISTEMA DE COTAS		QUANT	SISTEMA DE COTAS	
		Ampla Concorrência	COTAS RACIAIS		Ampla Concorrência	COTAS RACIAIS
<b>PRETOS</b>	12	05	07	13	07	05
<b>PARDOS</b>	116	77	24	173	111	34
<b>TOTAL</b>	128	82	31	186	118	39

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico do IFCE (2021).

Percebe-se que, nos dois cursos há um equilíbrio no número dos que se autodeclararam pretos/as e dos que ingressaram por meio de cotas raciais. Entre os pardos/as acontece um movimento inverso, já que a maioria ingressou pela ampla concorrência, sem fazer uso de nenhum tipo de cota. Esses dados nos sugerem a necessidade de uma maior divulgação da importância das políticas afirmativas como forma de reparação das desigualdades sociais e raciais.

Para que isso aconteça, precede um conhecimento acadêmico mais aprofundado sobre a identidade étnico-racial, que passa necessariamente pela introdução obrigatória nos currículos da educação básica do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras, por meio da implementação da lei 10.639/03. Essa mudança curricular na visão de Gomes (2012, p.100) “exige questionamento dos lugares de poder, indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade”.

A partir dessa informação, buscou-se analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados em Nutrição e Dietética (2014) e em Informática (2015) do campus Iguatu, na perspectiva do cumprimento da Lei 10.639/03 que trata da

obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Nas matrizes curriculares dos cursos em questão, registra-se a temática em algumas disciplinas do núcleo comum, como relatamos a seguir.

No curso técnico integrado em Nutrição e Dietética o tema étnico-racial aparece na ementa da disciplina de Sociologia, porém de forma descontextualizada, com palavras soltas, tais como: racismo, preconceito, problemas africanos, desigualdades sociais; formas de desigualdades, sem explicitar a metodologia e as referências bibliográficas utilizadas.

Quanto ao curso técnico integrado em Informática, verificou-se que a temática étnico-racial está contemplada na ementa da disciplina de Artes, com a seguinte redação: “elementos da arte africana e afro-brasileira” (PPC, p. 72), e em um dos objetivos: “reconhecer e valorizar a cultura africana e afro-brasileira” (p.72), bem como no programa da disciplina de História I com a seguinte redação: “A África e suas características sociais, econômicas e políticas” (p. 101).

No entanto, nota-se que, mesmo com o registro de alguns conteúdos do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em algumas ementas de disciplinas dos dois cursos analisados, não há referência sobre a Lei 10.639/03 em nenhum item da redação dos projetos pedagógicos nem não pouco sobre os mecanismos do seu cumprimento.

Sobre a permanência e o êxito dos/as estudantes pesquisados/as, constatou-se um número elevado de abandono do curso, por transferência ou desistência, sendo o curso de informática o que registra o maior índice, quase metade dos/as matriculados/as, nos últimos seis anos, como vemos no quadro abaixo:

Quadro 9 - Informações de Matrícula por Pertencimento Racial e Situação Acadêmica dos Cursos técnicos Integrados em Informática e Nutrição do campus Iguatu

Período: 2016 a 2021	SITUAÇÃO ACADÊMICA									
	INFORMÁTICA					NUTRIÇÃO				
	QUANT	Matric./ concluído	%	Transf./ Evasão	%	QUANT	Matric./ concluído	%	Transf./ Evasão	%
<b>PRETOS</b>	12	05	41,7	07	58,3	13	09	69,2	04	30,8
<b>PARDOS</b>	116	61	52,6	55	47,4	173	127	73,4	46	26,6
<b>NEGROS (Pretos + Pardos)</b>	128	66	51,6	62	48,4	186	136	73,1	50	26,9

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Sistema Q-Acadêmico do IFCE (2021).

Ainda que não tenhamos informações sobre as causas que motivaram a saída

desses/as estudantes negros/as da instituição, já que não representa o foco da pesquisa, é possível que uma das causas esteja relacionada com a necessidade de trabalhar, já que a renda familiar de 82% entre os que se autodeclararam pretos/as é de até um salário mínimo e mais de 60% dos autodeclarados pardos, referente ao período entre 2016 a 2021. Aqueles/as que não concluíram o ensino médio provavelmente ingressaram no mercado de trabalho informal e precarizado por não terem experiência profissional ou estão desempregados/as. Nesse sentido, é imprescindível um estudo mais aprofundado sobre as causas e consequências da evasão e um acompanhamento mais sistemático desse público, inclusive detectando possíveis episódios de discriminação racial a que está exposto

## **5.2 Percepções dos Sujeitos Sociais sobre Identidade Racial e Sistema de Cotas**

Mesmo conhecendo previamente a identidade racial dos/as participantes da pesquisa, por meio da informação que consta no sistema acadêmico do campus, buscou-se, na entrevista, reafirmar a autodeclaração dos/as mesmos/as, para que se sentissem parte integrante da pesquisa e percebessem que essa é uma informação relevante quando se trata das relações étnico-raciais e para se pensar as políticas públicas a partir da equidade. Os/as estudantes entrevistados/as reafirmaram sua autodeclaração como pretos/as ou pardos/as, de acordo com os seus traços fenóticos, embora se perceba um certo incômodo de alguns em falar que é preto/preta, preferindo escolher o termo negro/negra ou até moreno/a, que foi o caso de uma das entrevistadas.

Quando cruzamos as respostas dos/as participantes sobre a autodeclaração racial e a utilização de cotas para ingresso nos cursos técnicos do IFCE, percebemos que, dos/as doze entrevistados/as, que são estudantes negros/as, oito ingressaram nos cursos integrados pela ampla concorrência, ou seja, mais de 60% não utilizaram as vagas destinadas a pretos/as e pardos/as. Ao serem questionados/as sobre os motivos de não optarem pela cota racial, a maioria dos/as participantes afirmou que não tinha conhecimento sobre a existência das vagas. Essa justificativa nos sugere que, o ingresso nos cursos técnicos pelo sistema de cotas ainda carece de divulgação e mais ainda da compreensão sobre a importância dessa política afirmativa, não só para ingressar nos cursos superiores, mas também na educação profissional.

Outro fator importante que pode estar relacionado a essa questão é que muitas pessoas negras não assumem o seu pertencimento racial. Autodeclarar-se negro/a

tem uma relação direta com o impacto do racismo nas nossas relações, o que faz com que muitos/as se identifiquem com aquela cor que é melhor tratada na sociedade, como é o caso de moreno/a, até mesmo porque não se discute essa questão racial como deveria ser discutida no ambiente familiar ou escolar.

Para Gomes (2003), a identidade negra deve ser entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural, que acontece de forma gradativa, envolvendo inúmeras variáveis. No entanto é bastante desafiador, pois, segundo ela,

construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? (Gomes, 2003, p. 171)

Assim sendo, a escola exerce um papel imprescindível no processo de valorização e construção da identidade negra, já que, para Gomes (2003) é no percurso escolar que as pessoas negras se deparam com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética, elementos importantes para se trabalhar de forma positiva.

### **5.3 Percepções dos Sujeitos Sociais sobre Ingresso e Permanência no campus Iguatu**

O processo seletivo para ingresso no IFCE se dá anualmente, por meio de edital próprio, feito através do Sistema Q-Seleção, no site oficial do Instituto. O critério utilizado para selecionar os/as aprovados/as para os cursos técnicos de nível médio é através do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) contido no histórico escolar. Essa forma de seleção feita no site não representou nenhum empecilho para os/as participantes da pesquisa. A dificuldade relatada por alguns refere-se ao rendimento escolar, devido à concorrência, como nos relata um dos entrevistados:

(...) a dificuldade de entrar foi que não consegui passar de primeira na seleção. Eu fiquei na fila de espera, então fiquei muito receoso porque não tinha pesquisado nenhuma outra escola. A dificuldade maior foi na informação e na questão da nota. (Miguel. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 19h)

Para entender o processo de permanência escolar dos/as estudantes entrevistados/as, partiu-se de três pontos de investigação: o primeiro sobre as dificuldades enfrentadas por eles/as para permanecerem no curso escolhido; o segundo ponto foi questionado se os/as participantes já pensaram em desistir dos

estudos durante o percurso acadêmico e, por último, de forma mais genérica, procurou-se saber se, na opinião dos/as participantes, os/as jovens negros/as tem mais dificuldades do que os/as jovens não negros/as para ingressar e concluir com êxito os estudos.

Sobre o primeiro ponto, percebe-se um equilíbrio quanto às respostas dos/as estudantes, já que  $\frac{1}{3}$  (um terço) afirmou enfrentar muitas dificuldades,  $\frac{1}{3}$  (um terço) enfrentou dificuldades em parte e o outro terço não tem enfrentado dificuldades quanto à permanência. Quando cruzamos as respostas com o quesito cor, percebe-se que, dos quatro que enfrentam dificuldades, três são pretos/as. Sobre as principais dificuldades apresentadas pelos quatro estudantes, dois deles apontaram elementos estruturais, logo no início do curso, ao citarem o déficit de aprendizagem no ensino fundamental que interferiu negativamente nos resultados do ensino médio, mas que foram superados, como é o caso do estudante Lucas (entrevista realizada em 09/07/2021, às 9h) que cursou o ensino fundamental em uma escola da rede municipal e não teve uma aprendizagem satisfatória; por isso achou um pouco difícil se acostumar no IFCE, devido a quantidade de disciplinas, tanto do núcleo comum, quanto do ensino profissional.

Assim como o Lucas, Miguel (Entrevista realizada em 09/07/2021 às 19h) relatou que, quando ingressou ao IFCE foi uma dificuldade tremenda pois teve que aprender muita coisa que não aprendeu no sétimo, oitavo e nono ano: “a dificuldade foi isso, de aprendizagem, no segundo ano eu quase desisti”. Dois participantes, no entanto, apontaram dificuldades de ordem prática e mais recentes, referindo-se ao ensino remoto, por ocasião da pandemia de Covid-19.

Atualmente a maior dificuldade que eu vejo é na interação entre o professor e o aluno pelo meet (google meet) devido a pandemia. O contato em sala de aula presencialmente auxilia bastante no aprendizado, coisa que no meet não tem como. (Fernando. Entrevista realizada em 29/07/2021, às 16h)

Embora nas respostas dos/as estudantes sobre permanência escolar não haja nenhuma referência direta à questão racial, há uma ligação intrínseca do quesito cor/etnia com os déficits de aprendizagem, retenções e evasões no ensino, bem como sobre as dificuldades enfrentadas no ensino remoto, neste período de pandemia.

Sobre os que informaram não ter dificuldades na permanência dos estudos no IFCE campus Iguatu, chama a atenção o depoimento de uma das entrevistadas sobre o papel diferenciado que a instituição exerce na sua vida:

Desde que cheguei no IF eu me identifiquei muito com a dinâmica da escola, por tratar assuntos que às vezes em outras escolas não eram tratados, como por exemplo a questão da homofobia, do movimento LGBT. Não foi muito falado sobre isso em outras escolas. Eu nunca tive nenhum problema em me adaptar ao IF. Eu sempre gosto de dizer que a minha experiência lá foi realmente muito boa. (Maria Alice. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h).

A estudante cita alguns temas relevantes trabalhados na instituição que corroboram o processo de inclusão. No entanto, sobre a questão étnico-racial, os/as participantes percebem uma lacuna na abordagem da temática, cujos comentários apresentamos mais adiante.

Ao serem questionados/as se, por algum motivo, tiveram a intenção de desistir dos estudos, em algum momento do percurso acadêmico, a maioria, 75%, foi enfática em responder que não, o que demonstra nas suas falas a importância dos estudos na superação de dificuldades e de profissionalização. Maria Alice, no entanto, vai além da questão profissional quando demonstra uma percepção de que, para as pessoas negras, a educação é um importante instrumento para se romper o ciclo de opressão e de subserviência:

Eu tomei muito para mim a experiência da minha mãe. Ela cresceu numa família preta totalmente. Ela não conseguiu concluir o ensino fundamental porque a mãe dela acabou falecendo e teve que largar os estudos para poder trabalhar em casa de família majoritariamente branca e que literalmente acho que foi uma das experiências que mais acabou com a auto estima dela; saber que ela foi tão humilhada no local (de trabalho), as experiências dela refletiram em mim e me motivaram a estudar... Essa é a oportunidade e tenho que agarrar isso. (Maria Alice. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h)

Um dos aspectos que chama a atenção no depoimento dos/as estudantes diz respeito ao nível de consciência política da maioria, com relação às questões raciais e suas implicações na vida do povo negro. Quando perguntado se a população negra, no geral, tem mais dificuldades quanto ao acesso e ao êxito escolar do que a população branca, dez dos doze entrevistados/as confirmaram que sim e um dos motivos citados refere-se à necessidade que os/as jovens negros/as têm de trabalhar para complementar a renda familiar. Para Ágatha, essas dificuldades remontam o período da escravidão, e no momento atual o ensino integral representa outro empecilho:

Porque tem uma desvalorização muito grande, isso acontece desde a época da escravidão, que sempre os brancos estiveram na frente e os negros tiveram que correr atrás para poder recuperar o tempo perdido. E no instituto por ser o dia todo, aí não tem como, muita gente acaba desistindo por causa disso. (Ágatha. Entrevista realizada em 08/07/2021, às 14h)

Ana Carolina foi enfática em afirmar que,

geralmente o jovem branco, “filhinho de papai”, a única coisa que vai fazer é estudar. Então não tem como você colocar um branco que só estuda e um preto que precisa trabalhar, precisa se preocupar em sobreviver. Para os dois fazerem o mesmo vestibular, tem mais vantagem para o branco, infelizmente”. (Ana Carolina. Entrevista realizada em 07/07/2021, às 14h)

Ainda que o ensino médio integrado, ofertado em tempo integral, represente para alguns estudantes um empecilho, sobretudo para o jovem pobre que precisa trabalhar, essa modalidade proporciona uma formação humana que “busca garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.” (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Nesse sentido, o IFCE campus Iguatu, coordenado pelo Departamento de Assistência Estudantil, tem oportunizado aos estudantes de baixo poder aquisitivo, entre eles os/as jovens negros/as, ajuda financeira por meio de auxílio estudantil (transporte, moradia, discente pai ou mãe, dentre outros), como forma de assegurar a permanência e o êxito no ensino técnico integrado, indo de encontro a afirmação de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) sobre a integração do ensino médio com o ensino técnico como sendo uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores.

Ainda sobre as dificuldades de permanência escolar enfrentadas pelas pessoas negras, alguns entrevistados/as apontam o racismo e o preconceito racial como elementos desencadeadores de outros males que favorecem o abandono escolar. Rayane (entrevista realizada em 12/07/2021, às 16h) aponta como motivo da desistência de alguns estudantes negros/as, o preconceito que sofrem com frequência. Para ela, “é por conta de tudo que escutam quase todos os dias que a pessoa só pensa em desistir e sair daquele lugar”.

Na mesma linha de pensamento, uma das entrevistadas pontuou que as oportunidades para as pessoas negras não são e nunca foram as mesmas do que para as brancas. O preconceito ainda é muito enraizado e instaurado na sociedade, infelizmente. As duas estudantes, embora tenham afirmado anteriormente que não tiveram dificuldades em ingressar e permanecer no IFCE, percebem que, desde sempre, têm sido negados à população negra deste país os mesmos direitos concedidos à população branca de usufruir dos bens e serviços, como a educação.

Ainda que os/as estudantes entrevistado/as vejam o IFCE como uma instituição de qualidade, que promove a inclusão e o respeito a diversidade, referendado por meio de políticas inclusivas já relatadas, ela é parte de uma estrutura social

historicamente excludente, por isso não está isenta de protagonizar episódios de discriminação, como nos relata a estudante Maria Alice (entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h), ao afirmar que, de forma geral, a negação de direitos, a invisibilidade e as atitudes racistas dirigidas às pessoas negras, no decorrer da história, fazem com que muitos/as se sintam incapazes e inferiores às pessoas brancas: “Eu sempre gosto de pensar as vezes que a população negra já nasce com um complexo de inferioridade. Eu já escutei muito dos meus familiares ‘não sei disso’, principalmente familiares negros, ‘eu sou burra não consigo aprender isso’. A estudante, ao discorrer sobre a problemática da permanência escolar, consegue perceber que o racismo estrutural tem excluído a população negra dos bancos escolares, quase que naturalmente, como descrevemos abaixo na sua fala:

A permanência de pessoas negras na escola e envolvendo toda a questão do racismo é muito mais dificultosa do que de uma pessoa branca, mesmo que essa pessoa branca não seja diretamente tratada como se fosse melhor que uma pessoa negra, mas já está na estrutura da coisa, só o fato de ter de existir cotas para pessoas negras poderem entrar na escola já diz muito sobre tudo isso. (Maria Alice. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h).

Todos os fatores já citados, aliados às dificuldades financeiras, têm contribuído com o alto índice de analfabetismo ou de baixa escolaridade da população negra. Essa realidade é perceptível no depoimento de Miguel quando se refere às dificuldades enfrentadas por ele e por sua família:

Com certeza sim (se referindo às dificuldades). E ainda mais com históricos familiares, porque aqui em casa ninguém terminou os estudos, ninguém conseguiu chegar nem no ensino médio, minha avó é analfabeta, minha mãe e meu pai não conseguiram concluir, só quem ainda tá lutando aqui sou eu e minhas irmãs que tá buscando sair dessa, conseguir assim alguma coisa. (Miguel. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 19h)

A experiência de Miguel, longe de ser um fato isolado, é retratada nos dados da PNAD Contínua Educação 2019, que mostra que o analfabetismo no Brasil entre pretos e pardos é quase três vezes maior do que entre brancos, ou seja, quase nove por cento (8,9%) de pessoas pretas e pardas com 15 anos ou mais eram analfabetas, contra 3,6% de brancos. Na faixa etária de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%, de acordo com o IBGE.

#### **5.4 Percepções sobre o impacto do racismo na vida das pessoas negras no campus Iguatu.**

Como já foi apontado por vários autores (Almeida, Ribeiro, Kilomba, 2019) e

também pelos/as participantes da pesquisa, o racismo e o preconceito racial impossibilitam às pessoas negras de assumirem suas identidades, de terem as mesmas oportunidades do que as pessoas não negras e de não obterem êxito escolar e profissional. Na entrevista, buscamos aprofundar o tema ao questionarmos os/as entrevistados/as se já foram vítimas de preconceito racial nos espaços do IFCE campus Iguatu, lócus da pesquisa.

Para melhor compreensão dos termos, foi explicado previamente a diferença entre racismo e preconceito racial, a partir da definição de Almeida (2019). O primeiro se refere, segundo o autor, a uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, enquanto o segundo baseia-se em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Os/as participantes/as da pesquisa têm bastante clareza da relação intrínseca entre ser negro/a e sofrer preconceito racial, seja em tom de brincadeira, piadas ou quando não se sentem aceitas em determinados ambientes, inclusive escolar, como afirmaram anteriormente sobre as dificuldades enfrentadas por essa população em permanecer e concluir os estudos. Ao serem questionados sobre suas experiências individuais no campus Iguatu, com relação ao preconceito racial, por conta dos seus traços fenóticos (cabelo, cor da pele), percebe-se que, a maioria afirma que já sofreu algum tipo de preconceito por parte dos colegas, ainda que isentem a instituição sobre essas práticas e se sintam acolhidos/as pela gestão e servidores/as.

Para alguns estudantes, mesmo confirmando terem sido tratados com preconceito pelos colegas de sala ou de escola, a proximidade entre eles/as, faz com que justifiquem a não intencionalidade de quem o praticou, como nos explica Lucas:

Já passei por isso no IF e fora dele... só que a pessoa que fez eu acho que ela não estava nem sabendo o que estava fazendo. Depois que eu fui falar com ela, ela se tocou, foi falar comigo e pediu desculpas". (Entrevista realizada em 09/07/2021, às 9h).

Essa narrativa nos leva a compreensão de que a prática racista feita de forma sutil, consciente ou não, faz com que vítima e agressor não assumam tal ação. Como nos diz Ribeiro (2019), o primeiro impulso de muita gente é recusar enfaticamente a hipótese de um comportamento racista, porém o fato de termos sido criados numa sociedade racista, é algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre.

A cordialidade existente entre pessoas do mesmo grupo, que convivem no mesmo ambiente, ainda que de pessoas racialmente diferentes, leva a uma

compreensão distorcida do racismo, visto como episódios isolados ou como brincadeiras, como é o caso do estudante Miguel:

Se eu passei foi algo muito isolado, não foi nada assim explícito. Se aconteceu foi por conta de que na realidade tem muitas pessoas e as que estavam eram geralmente meus colegas, mas piadas racistas tinha bastante, assim não diretamente comigo, mas eu já vi em grupo, até com meus próprios colegas. (Miguel. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 19h)

Na opinião de Moreira (2019), assumir o caráter discriminatório de algumas expressões ou episódios praticados contra pessoas negras seria contradizer a cordialidade que marca as relações raciais em nossa sociedade e que isso estaria “inflando conflitos em um país no qual pessoas de diferentes raças convivem de forma harmônica” (p. 23). O autor denomina essa prática racista por meio do humor, brincadeiras e piadas, como racismo recreativo e explica que “o uso do humor para produzir descontração está amplamente presente na atividade recreativa favorita dos brasileiros, embora as pessoas se recusem a interpretar esses atos como ofensas raciais” (MOREIRA, 2019, p. 21).

No caso do estudante Fernando, por exemplo, mesmo identificando as brincadeiras dirigidas a ele como preconceito racial, ele alegou que não dava importância e brincava junto, talvez como forma de defesa: “algumas vezes, tinha aquelas brincadeiras dentro do ônibus escolar que eu entendia como preconceito, como (por exemplo) ‘teu cabelo parece miojo’, porém muitas vezes levei na esportiva, por serem meus colegas, amigos.” (Entrevista realizada em 29/07/2021, às 16h).

A estudante Ana Carolina, a exemplo de Fernando, também mencionou a prática de brincadeiras com cunho racista, direcionado a ela, que a deixava bastante chateada, fazendo com que passasse a reagir:

Já houve muita brincadeira assim, muita fala que na hora, no começo eu não me importava e depois eu aprendi a ir respondendo (...) toda piadinha assim que me fere e antes eu escutava e não dizia nada, não era comigo, mas agora não, “ah que cabelo duro”, “cabelo ruim”, eu já rebato. (Ana Carolina. Entrevista realizada em 07/07/2021, às 14h).

A discriminação relacionada às características físicas das pessoas negras, como cor da pele ou textura do cabelo, especialmente da mulher negra, aparece com muita frequência na fala dos/as entrevistados/as, porque faz parte do cotidiano dessa população, sempre associada a brincadeiras e humor, que descaracteriza a prática racista. Porém, na visão de Moreira (2019), “são claras manifestações do racismo simbólico” (p. 86). Essas manifestações atuam de forma negativa na vida das pessoas negras a ponto de não se aceitarem e buscarem, a duras penas, se aproximarem do

padrão estético aceitável na sociedade: o padrão branco. É isso que nos mostra a estudante Maria Alice:

Sofri bullying em relação ao meu corpo, porque sempre fui mais gordinha e ainda era preta e sempre sofri muita pressão em relação ao meu cabelo. Tanto que nunca gostei do meu cabelo, vim gostar um tempo desses, alisava muito o meu cabelo. Acho que a maioria das experiências negativas que eu tive o que pesava mais era o racismo. (Entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h).

Maria Alice, a exemplo de muitas jovens e mulheres negras, protagoniza uma luta cotidiana entre aderir as exigências da estética do branqueamento e, nesse caso, alisar o cabelo, ou assumir a sua negritude, representada nos seus crespos ou *black* liberados. A experiência da escritora Bianca Santana em seu livro Quando me descobri negra (2015) diz muito dessa luta da mulher negra com o espelho e com a sociedade, para se sentir aceita:

Solto e acho bonito. Volto ao espelho e coloco uma faixa. Um pouco mais de tempo e recorro aos grampos (...). Passei anos ouvindo propostas de cabeleireiros para “arrumar” meu cabelo. Minha avó, vítima e algoz do mesmo racismo, prendia o cabelo beem puxado pra trás. E de tanto puxar e puxar o cabelo num rabo de cavalo, nunca tive coragem de soltar o crespo em público. Até que nasceu em mim o desejo de assumir meu cabelo como uma marca de identidade. (SANTANA, 2015, p. 21).

Recorremos mais uma vez a Moreira (2019) quando afirma que o conteúdo racista das falas dos agressores “é descaracterizado por demonstrarem ausência de vontade de ofender, porque a pessoa proferiu as palavras em um tom jocoso” (p. 87). O autor conclui dizendo que, “a discriminação estética é um dos componentes centrais do racismo recreativo” (p.87).

A estudante Rayane confirma não ter sofrido “nenhum tipo de preconceito no IFCE”, no entanto, tem consciência dos desafios enfrentados pelas pessoas negras, ao reconhecer que “nós negros temos muita dificuldade em se encaixar ali onde estão os brancos. As pessoas acham que como nós somos negros não temos o mesmo direito do branco”. (Entrevista realizada em 09/07/2021, às 16h).

Rayane tem razão ao afirmar da não aceitação em determinados espaços, porque, historicamente, estes foram destinados às pessoas brancas como algo natural, e essa prática tem sido reproduzida cotidianamente pela sociedade, pelos meios de comunicação e também pelo sistema escolar. Essa cruel realidade faz parte do imaginário das pessoas brancas e negras, porque culturalmente criou-se estereótipos de que o povo negro é incapaz, preguiçoso, violento, e que, portanto, não pode ocupar os mesmos espaços que o branco, especialmente no mundo de trabalho, como nos afirma Almeida (2019, p. 65):

Apesar das generalizações e exageros, poder-se-ia dizer que a realidade confirmaria essas representações imaginárias da situação dos negros. De fato, a maioria das domésticas são negras, a maior parte das pessoas encarceradas é negra e as posições de liderança nas empresas e no governo geralmente estão nas mãos dos homens brancos.

Ainda na visão de Almeida (2019), o que nos é apresentado não é a realidade, mas uma representação do imaginário social acerca de pessoas negras. Sobre essa realidade, a instituição escolar exerce grande responsabilidade, quando muitas vezes a temática racial aparece como um elemento para a inferiorização do/a estudante negro/a, ao serem identificados/as por apelidos pejorativos relacionados à cor da pele, como “neguinha”, “negão” ou quando no currículo escolar a história e cultura africana e afro-brasileira não é contemplada na mesma proporção da história de outros povos, em especial o europeu. Munanga (2017) é enfático ao afirmar que essa terminologia foi interiorizada pelos próprios negros que, em tom de brincadeira, se chamam por esses vocábulos. No caso dos brancos, não se referem a si com esses apelidos como “branquinha” ou “brancão”, apesar da consciência da branquitude como patrimônio social repleto de vantagens em relação ao povo negro.

### **5.5 Percepções sobre a importância do Estudo da História Afro-brasileira e Africana**

Os documentos oficiais do IFCE nos apresentam uma instituição que planeja e busca executar ações pedagógicas e administrativas baseadas nos princípios da inclusão e da diversidade, tendo como um dos objetivos estratégicos fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico racial (PDI/IFCE, p. 59). A criação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) no IFCE e no campus Iguatu, traduzem, de alguma forma, o cumprimento desse objetivo, embora o caminho a percorrer seja longo e desafiador, exigindo de todos/as um comprometimento contínuo - individual e coletivo.

De alguma forma, a busca da inclusão e do respeito à diversidade no fazer pedagógico do campus tem sido percebido pelos estudantes, quando demonstram nas suas falas um sentimento de pertença e de acolhida por parte do campus Iguatu: “no IFCE as pessoas te respeitam muito, e não te tratam diferente das outras” ou “a instituição é muito preparada para esse tipo de ação” (combate ao racismo), ainda que a frase seguinte quase sempre inicie com uma conjunção adversativa, ou seja, a maioria dos/as entrevistados/as afirmou já ter experienciado ou presenciado episódios

de preconceito racial no campus, o que implica a urgência de se trabalhar as relações étnico-raciais cotidianamente e de forma sistemática.

Essa urgência também foi percebida por todos/as os/as participantes da pesquisa que, ao serem questionados/as se o campus Iguatu realiza estudos ou atividades sobre as relações étnico-raciais e sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, sete afirmaram que não, enquanto cinco disseram que só as vezes. Algumas justificativas denunciam o pouco engajamento por parte dos/as professores/as, como no relato da estudante Ana Carolina:

Não me recordo de ter tido nada não. Meus professores são todos brancos, eu acho que a gente tá muito acostumado que, se isso não me machuca e não pratico racismo, eu não preciso lutar contra o racismo. Eu acho que esta é a questão. (Entrevista realizada em 07/07/2021, às 14h)

O silêncio da escola, de forma genérica, sobre as questões raciais tem permitido essa interpretação pontuada por Ana Carolina e por alguns estudiosos do assunto, de que a responsabilidade de tratar de temas raciais e de combate ao racismo é exclusiva das pessoas negras, como se estas tivessem todas as respostas sobre essa questão, como diz Ribeiro (2019), sendo que essa responsabilidade é também das pessoas brancas. O racismo não é bom para ninguém, pois todos/as sofrem com ele.

Daí a necessidade de se trabalhar a temática das relações étnico-raciais e da história de todos os povos de forma equilibrada, sem omitir ou distorcer, no caso do continente africano, como denuncia a estudante Maria Alice:

Infelizmente as poucas vezes que escutei falar sobre a cultura e a população negra foi na aula de história, em capítulos específicos do livro, que tratavam sobre isso e sempre foi raso, aquela coisa que já se sabe (trazidos pra cá forçados, escravizados, serventes, formaram quilombos), mas eu acho que a cultura negra em geral ela não é praticamente explorada em nada, eles não falam nas pessoas importantes que foram trazidas como escravas e que lutaram para sair disso, não falam sobre a influência da cultura negra globalmente(...) e você acaba não conhecendo nada sobre sua cultura e automaticamente você acaba não se interessando por isso. (Entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h)

O relato acima nos leva a pensar que a história e a cultura afro-brasileira estão na escola, de uma maneira geral, pela presença das pessoas negras que lá se encontram, mas ainda não devidamente valorizadas nos projetos pedagógicos, currículos ou materiais didáticos, não só pela exigência da lei 10.639/06. Sobre esse aspecto, os/as estudantes entrevistados/as foram unânimes em considerar a importância desses estudos mais aprofundados no campus Iguatu e trazem vários elementos relevantes que precisam ser considerados pela instituição.

A estudante Maria Alice chama a atenção sobre a lacuna que existe na formação de pessoas negras e não negras no aspecto étnico-racial e suas consequências:

Além de eles (os professores) não estarem educando pessoas negras sobre suas próprias histórias, eles não estão educando pessoas não negras que não conhecem a história e muitas vezes acabam de certa forma desrespeitando a cultura, a pessoa, ou incluindo no seu dia a dia aspectos racistas da sociedade mesmo. Quanto mais pessoas aprenderem sobre a história negra, a estrutura e quanto importante é para a história do próprio país eu acho que talvez a gente pudesse chegar num lugar mais longe. (...) (Maria Alice. Entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h).

Os elementos que justificam a importância de se trabalhar a temática das relações étnico-raciais e suas implicações, apresentados de forma consciente pelos/as estudantes, soam como um apelo e uma ruptura do silenciamento que foi imposto historicamente a essa população. O estudante Miguel reforça a necessidade de se trabalhar a autoestima das pessoas negras porque, nas palavras dele, “é um negócio bem sério... até a gente não se aceita”. Um outro aspecto apresentado pelo estudante talvez tenha influência direta sobre esse “não se aceitar”, referindo-se de como a história do povo negro é contada nos livros didáticos, sempre dando ênfase as conquistas e feitos dos colonizadores em detrimento dos colonizados.

A forma como se trabalha o livro didático na sala de aula, Franco (2008) ressalta que o/a professor/a é o/a mediador/a desse instrumento, e assim, o condutor do processo de desconstruir os estereótipos que muitas vezes aparecem no livro, preenchendo lacunas existentes, resgatando os homens e mulheres comuns que são sujeitos da história e, por fim, fazendo do livro um aliado no processo de construção do conhecimento.

Conhecer a história africana é se apropriar da nossa própria história, na opinião do estudante Alexandre (entrevista realizada em 09/07/2021, às 14h) pois, “querendo ou não todos os brasileiros têm um traço negro dentro da família e é muito importante saber dialogar sobre esse tema, além de ser uma forma de defesa das pessoas negras”. Para ele, “uma hora você vai ter que falar sobre esse assunto, você vai presenciar algum momento de racismo e sempre é bom você ter isso em mente e preparado para debater sobre isso”.

Na opinião da estudante Rebeca (entrevista realizada em 29/07/2021, às 9h) é essencial esse tipo de atividade “para sempre lembrarmos o que nossos antepassados viveram e como sofreram, para hoje termos um pouco mais de direitos do que tinham naquela época” (referindo-se ao período colonial).

O que os/as estudantes entrevistados/as defendem nas suas falas é nada menos do que o direito de conhecer a outra versão da história contada pelo povo negro, que contradiz a versão do homem branco europeu, colonizador; a história de pessoas livres que foram escravizadas. (BEZERRA, 2015).

A análise dos dados com base nos documentos oficiais do IFCE e do campus Iguatu e das percepções pontuadas pelos/as sujeitos sociais da pesquisa, nos possibilitou elencar fatores que favorecem ou dificultam o acesso e a permanência das pessoas negras na educação profissional da referida instituição.

No que se refere aos fatores que contribuem com a inclusão escolar dessa população, destacam-se: a garantia de vagas por meio do sistema de cotas raciais, a política de assistência estudantil com a concessão de auxílios e serviços prestados pela equipe multidisciplinar, a criação dos NEABIs que contribui na formação étnico-racial da comunidade escolar e na implementação da Lei 10.639/03, bem como a garantia do bem-estar e do respeito à diversidade presentes nas diretrizes dos documentos oficiais e respaldada no depoimento dos estudantes.

No entanto, alguns fatores dificultam o acesso e a permanência de pessoas negras no IFCE, tanto de ordem interna como externa. Dentre os favores internos podemos citar: a não implementação integral da lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos PPCs, ausência de uma política de formação dos educadores sobre a temática étnico-racial, necessária à viabilização da referida lei e falta de divulgação sobre o sistema de cotas para os cursos técnicos já que a maioria dos participantes da pesquisa não tiveram acesso a essa informação em tempo hábil. Sobre os fatores externos à instituição, constatou-se o baixo nível de rendimento dos ingressantes nos cursos técnicos integrados, o que favorece a retenção ou a desistência, a necessidade de ingresso dos estudantes no mercado de trabalho devido a situação financeira da família e, principalmente, o racismo estrutural do qual a população negra é vítima.

## **6 PRODUTO EDUCACIONAL**

O Produto Educacional (PE), parte obrigatória do mestrado profissional, constitui-se um instrumento que busca responder às ansiedades e desafios apresentados em todo o percurso metodológico da pesquisa e deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual e necessita ser aplicado em um

contexto real.

Com base nas informações fornecidas pelos/as estudantes participantes, referendado pela pesquisa bibliográfica, construiu-se o produto educacional, no formato de uma cartilha informativa, que apresenta as temáticas consideradas básicas para construirmos uma educação das relações étnico-raciais e a inclusão de pessoas negras nas instituições escolares e, de forma específica no IFCE, campus Iguatu. Por se tratar de um material informativo, respaldado nas inquietações dos sujeitos da pesquisa que, a priori, não exige aplicação, o produto será avaliado somente pela banca avaliadora da dissertação. Na seção seguinte, será detalhada cada parte da cartilha.

### **6.1 Apresentação do produto**

O produto educacional aqui apresentado, constitui-se em um material didático no formato de Cartilha com o título: **Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE**, que tem como objetivo contribuir no processo de inclusão de jovens negros/as nos cursos técnicos integrados do campus Iguatu, por meio de informações básicas, considerando as inquietações apresentadas pelos/as estudantes participantes da pesquisa, em consonância com o referencial teórico.

Para se chegar aos temas desenvolvidos na cartilha, analisamos as questões apresentadas por meio da entrevista aplicada a 12 (doze) estudantes autodeclarados/as pretos/as ou pardos/as, cujas respostas desenharam o seguinte cenário: 60% não ingressou pelas cotas raciais porque desconheciam o sistema para ingresso no ensino técnico; 60% afirmaram que enfrentam dificuldades para permanecer nos estudos; quase 50% dos entrevistados já sofreu algum tipo de discriminação racial no campus Iguatu. Sobre a existência de estudos e atividades no campus Iguatu sobre a temática étnico racial e a história e cultura Africana e Afro-brasileira, os/as entrevistados/as foram unânimes em afirmar que não lembram ou que essas atividades aconteceram poucas vezes. Todos/as os/as participantes da entrevista consideram fundamental conhecer a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Percebe-se com isso que, o material produzido sobre a temática das relações étnico-raciais é necessário e de grande relevância, visto se tratar de um assunto ainda pouco trabalhado no espaço escolar e, de forma específica, no IFCE campus Iguatu, especialmente nos cursos técnicos integrados, o que pode levar a uma naturalização

de episódios de discriminação racial, favorecendo o fracasso escolar da população negra.

Considerando as dificuldades/fragilidades pontuadas pelos estudantes, decidiu-se pelos seguintes conteúdos: identidade racial, ingresso no IFCE utilizando o sistema de cotas, processo de Heteroidentificação, legislação referente à igualdade racial e combate ao racismo e dicas importantes que possam contribuir com a formação étnico-racial na instituição escolar.

## 6.2 Descrição dos itens da Cartilha

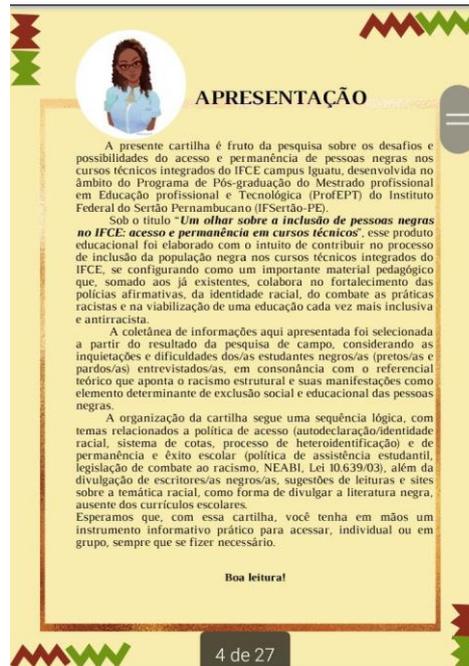
No intuito de contemplar os temas acima relacionados, organizou-se a cartilha em onze itens, além da apresentação e bibliografia, conforme descrição abaixo:

- a) Apresentação
- b) Identidade racial
- c) Cotas raciais: para quê e para quem?
- d) Ingresso em Cursos técnicos pelo sistema de cotas;
- e) Heteroidentificação, o que é?
- f) Política de Assistência Estudantil
- g) Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFCE
- h) Lei 10.639/03 – Estudo da História e Cultura Afrobrasileira e Africana.
- i) Racismo e suas manifestações: conhecer para combater
- j) Igualdade Racial e Combate ao Racismo
- k) Personalidades Negras
- l) Sugestões de leituras sobre a temática étnico-racial.

Apresentaremos, a seguir, de forma detalhada, cada parte da cartilha, iniciando pela apresentação. Os quatro itens seguintes à apresentação (b, c, d, e) estão ligados diretamente com a política de acesso escolar. Os demais itens contribuem no processo de permanência e êxito estudantil no IFCE, sobretudo da população negra.

- a) **Apresentação** – como o nome sugere, apresenta-se ao leitor/a como surgiu a proposta do material, o título, os objetivos a serem alcançados, o público-alvo e a organização metodológica, com as respectivas temáticas.

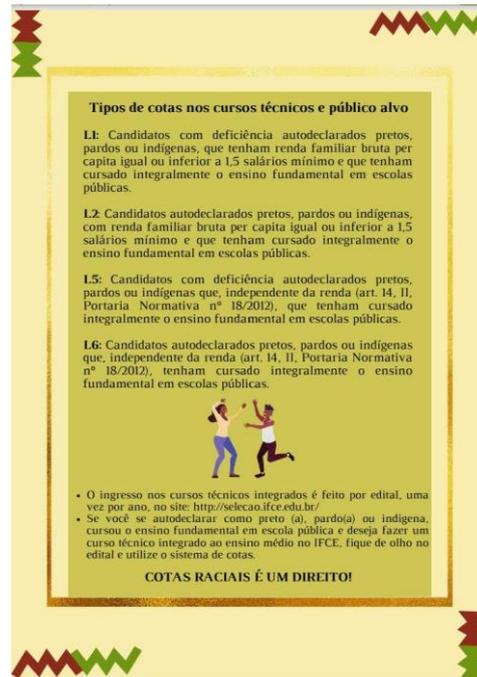
Figura 3 – Apresentação da Cartilha



Fonte: Cartilha “Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE, 2022.

- b) **Identidade racial** – apresenta as definições raciais com base na classificação do IBGE e a importância da autodeclaração racial para se pensar as políticas públicas, a exemplo da lei de cotas como uma política de acesso aos cursos técnicos e superiores, mas também como forma de resistência e valorização da história, no caso da população negra.
- c) **Cotas raciais: para quê e para quem?** – apresenta a definição das cotas como uma política afirmativa de inclusão de grupos discriminados historicamente, entre eles, a população negra, a partir da Lei Nº 12.711/2012, bem como algumas informações atuais sobre os frutos da aplicação da lei.
- d) **Ingresso em Cursos técnicos do IFCE pelo sistema de cotas** – apresenta de forma resumida os cursos técnicos integrados ofertados pelo IFCE campus Iguatu e, conforme figura abaixo, detalha os tipos de cotas raciais para ingresso nessa modalidade de ensino;

Figura 4 – Tipos de cotas raciais e público alvo



Fonte: Cartilha “Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE, 2022.

- e) Heteroidentificação, o que é?** – nesse item, complementação do anterior, é apresentado a definição, a importância das comissões de heteroidentificação, como forma de coibir as fraudes no sistema de cotas e traz algumas notícias de fraudes em grandes universidades no país;
- f) Política de Assistência Estudantil** – esse item informa ao leitor sobre essa política de inclusão no IFCE, seus princípios, duas diretrizes e as principais ações desenvolvidas pelo campus Iguatu que têm contribuído para permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade;
- g) Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)** – apresenta a importância dos NEABI's no IFCE, sua missão e principais objetivos, bem como suas conquistas na luta de combate ao racismo e suas consequências;

Figura 5 – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

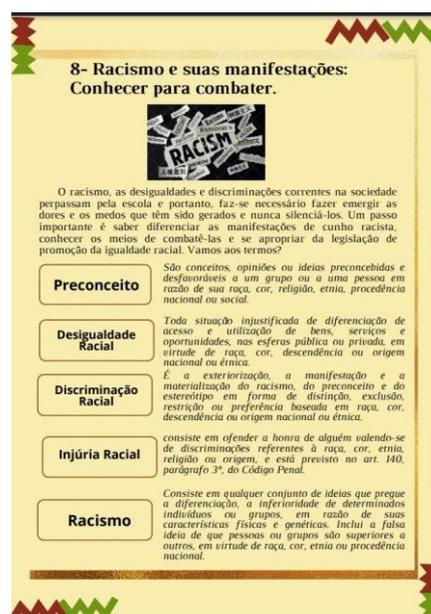


Fonte: Cartilha “Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE, 2022

**h) Lei 10.639/2003 – Estudo da História e cultura Afro-brasileira e Africana –** trata da obrigatoriedade dessa temática nos currículos do ensino médio e da importância desse estudo na compreensão da história e formação da população brasileira, dentre outros aspectos;

**i) Racismo e suas manifestações: Conhecer para combater!** – neste item, são apresentadas ao leitor as definições de alguns termos de práticas racistas e os diversos tipos de racismo, para que possamos identificá-los e combatê-los;

Figura 6 – Racismo e suas manifestações



Fonte: Cartilha “Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE, 2022.

- j) **Igualdade Racial e Combate ao Racismo** – como complemento do item anterior, apresentam-se os principais instrumentos legais para a promoção da igualdade racial e de combate ao racismo;
- k) **Literatura Negra** - como forma de divulgar e valorizar a epistemologia negra, apresentamos nessa seção alguns nomes da literatura negra contemporânea e algumas de suas obras, conforme figura abaixo:

Figura 7 – Literatura Negra



Fonte: Cartilha “Um olhar sobre a inclusão de pessoas negras nos Cursos Técnicos do IFCE, 2022.

- l) **Sugestões de leitura sobre a temática étnico-racial** – apresenta aos leitores/as dicas de livros, sites, documentos oficiais e legislação sobre a questão racial e o combate ao racismo.

A versão final da cartilha estará disponível no Portal EduCapes e no site do IFCE campus Iguatu no seguinte endereço eletrônico: [www.ifce.edu.br/iguatu](http://www.ifce.edu.br/iguatu).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro.” (Belchior)

O percurso trilhado na construção da presente pesquisa apresentou-se desafiador tanto quanto gratificante, visto que pesquisar sobre a questão racial no contexto educacional proporcionou aos envolvidos/as, jovens negros e negras, inclusive à pesquisadora, mulher, negra e educadora, experienciar ou rememorar um misto de sentimentos, por vezes negativos, já que a experiência escolar para esta população quase sempre foi e é marcada por episódios de discriminação e preconceito racial. Ao mesmo tempo nos fez compreender que, a pesquisa sobre a temática racial no espaço escolar, sobretudo na educação profissional, é uma forma de resistência e de múltiplas conquistas, inclusive no campo epistemológico.

Buscou-se, como objetivo geral, analisar os fatores que contribuem ou dificultam o acesso e a permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFCE campus Iguatu e, especificamente, investigou-se a forma de ingresso desta população no processo seletivo do campus, os componentes pessoais e familiares que caracterizam os sujeitos da pesquisa, os esforços empreendidos pelo campus com vista à inclusão e a diversidade étnico racial, e, por último, compreender a relação entre as dificuldades de permanência escolar dos estudantes negros e o racismo.

No intuito de alcançar esses objetivos propostos e contribuir na solução do problema investigado, materializado com a elaboração do produto educacional, realizou-se a coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo que a primeira permeou todo o processo, buscando na literatura já produzida (artigos, dissertações, teses, sites oficiais, livros) o embasamento teórico para respaldar a investigação em curso.

Percebeu-se que o acesso e a permanência no processo educativo de jovens negros/as estão intrinsecamente relacionados com o racismo e suas diferentes manifestações: individual, institucional, estrutural (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019) e também recreativo (MOREIRA, 2019), construído historicamente desde o período colonial até os dias atuais, sendo muitas vezes negado em nome de uma falsa democracia racial e por um sistema meritocrático que reforça as desigualdades, agravadas ainda mais nos últimos dois anos com a pandemia do coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19) que, segundo estudos realizados, a população negra foi a que

mais sofreu os efeitos devastadores dessa crise sanitária.

Outro aspecto relevante do estudo bibliográfico refere-se a luta da população negra que, em meio ao apagamento da sua história e negação de direitos e da própria condição de ser humano, vislumbrou diversas vitórias coletivas, da resistência nos quilombos às políticas afirmativas, protagonizadas pelo movimento negro.

Ao analisarmos os documentos oficiais do IFCE, na pesquisa documental, a priori, percebe-se uma instituição que tem se empenhado no compromisso com a inclusão e o respeito à diversidade. Essa análise se respalda, por exemplo, nos princípios que norteiam o Projeto Político-Pedagógico Institucional, nos temas estratégicos e ações institucionais da Extensão, citando a implementação dos NEABIs com o objetivo, dentre outros, de efetivar as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena e reforça a necessidade da parceria entre Ensino, Pesquisa e Extensão para se discutir as relações étnico-raciais na sociedade contemporânea. Outro aspecto importante diz respeito à Política de Assistência Estudantil, cuja concepção reforça o compromisso de:

assegurar a defesa dos direitos humanos por meio de ações afirmativas que possibilitem também a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito de pessoas com deficiência e aquelas que são alvo de discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, pertencimento étnico-racial, geracionais, dentre outros". (PPI/IFCE, p.129).

A pesquisa de campo, feita por meio de entrevista com representantes de estudantes autodeclarados/as pretos/as e pardos/as dos cursos técnicos integrados em Informática e Nutrição e Dietética, de forma voluntária, trouxe reflexões embasadas nas experiências pessoais e coletivas dos/as entrevistados/as, enquanto pessoas negras, sobre a questão racial no processo educativo e na sociedade.

Algumas informações trazidas pelos/as participantes confirmam a posição ocupada pelo IFCE no cenário da educação profissional como uma instituição que busca o respeito a diversidade, a inclusão e a formação integral, sobretudo dos/as jovens das camadas populares. Isso é perceptível quando os/as entrevistados/as se dizem acolhidos/as, que as oportunidades são iguais para todos/as e que nunca pensaram em sair do campus mesmo enfrentando dificuldades na aprendizagem. No entanto, quando relatam as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, desde atitudes racistas por parte de colegas até a falta de informações relacionadas com a temática, denunciam, de alguma forma, a ausência de um planejamento mais

consistente e contínuo das ações que correspondam aos objetivos traçados nos documentos oficiais, na busca efetiva de uma educação para as relações étnico raciais e de combate ao racismo que, por ser estrutural e estruturante, exige um comprometimento político e ético de todos os atores sociais.

A partir das percepções apresentadas pelos/as participantes, em consonância com os documentos analisados, construiu-se como produto educacional uma cartilha informativa, abordando temas necessários que corroboram com a inclusão de pessoas negras no IFCE campus Iguatu e em outros espaços de educação, por meio do acesso, permanência e êxito escolar.

As dificuldades enfrentadas no percurso da pesquisa, sobretudo na coleta de dados junto aos sujeitos sociais, foram tanto de ordem prática como emocional, causadas em função da pandemia da Covid-19, interferindo diretamente na redução do número de participantes, na metodologia de comunicação e na aplicação das entrevistas, realizadas no formato online e, acima de tudo, nos fez experimentar uma instabilidade emocional de elevadas proporções, que demandou um tempo maior para a conclusão da pesquisa, sem contudo, comprometer os resultados.

A investigação na linha da educação profissional e das relações étnico raciais é um campo vasto e complexo, ainda pouco explorado na comunidade local. O caminho foi iniciado, e com ele, se abre um leque de possibilidades, inclusive de outras pesquisas sobre os efeitos da pandemia para a população negra, as causas e consequências da evasão escolar, dentre outros temas, que possibilitem a reflexão e a produção de conhecimento sobre a questão racial, tão necessárias na formação da comunidade escolar e construção de uma educação pautada no respeito à diversidade, na igualdade étnico racial e sobretudo antirracista.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única/** Chimamanda Ngozi Adichie; Tradução: Julia Romeu – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Marco Antonio Beine e SANCHEZ Livia. **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil.** Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural/** Silvio Luiz de Almeida – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMBROSINI, Tiago Felipe e ESCOTT, Clarice Monteiro. **O acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização.** Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS DOI: 10.15628.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** \_\_\_\_\_ . Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09 de janeiro de 2003.
- \_\_\_\_\_.L. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de agosto de 2012.
- CEARÁ. Instituto Federal do Ceará. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO Nº 87, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.** Aprova o Regulamento das Ações de Heteroidentificação do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2019.
- \_\_\_\_\_. Instituto Federal do Ceará. Conselho Superior. **RESOLUÇÃO Nº 071, DE 31 DE JULHO DE 2017.** Aprova o Regimento Interno dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Instituto Federal do Ceará. Fortaleza: IFCE, 2017.
- \_\_\_\_\_. Instituto Federal do Ceará. Pró-Reitoria de Ensino. **Documento norteador para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFCE**

**integrados ao Ensino Médio** / Instituto Federal do Ceará. Pró-Reitoria de Ensino. - Fortaleza, 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal do Ceará. Pró-reitoria de Ensino. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (2019-2023)**/ Fortaleza: IFCE, 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal do Ceará. Pró-reitoria de Ensino. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**/ Armênia Chaves Fernandes Vieira, Erica de Lima Gallindo, Hobson Almeida Cruz. - Fortaleza: IFCE, 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal do Ceará. **Projeto político-pedagógico institucional**/ Instituto Federal do Ceará. – Fortaleza: 2018.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?** Trabalho & Educação | Belo Horizonte | v.23 | n.1 | p. 187-205 | jan-abr | 2014.

GONZAGA, P. R. B., & Cunha, V. M. (2020). **Uma pandemia viral em contexto de racismo estrutural**. Psicologia: Ciência e Profissão 2020 v. 40, e242819, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242819>.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

DA SILVA, Roberto; da Silva Tobias, JULIANO. **A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 65, dezembro, 2016, pp. 177-199 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**/Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.**/ Tradução de Jose Laurêncio de Melo.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan, 1920. **Significado do protesto negro** / Florestan Fernandes. — São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1989. — (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil** / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói:

EdUFF, 2016. 442p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino e LABORNE, Ana Amelia de Paula. **Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra**. Educação em Revista / Belo Horizonte|v.34|e197406|2018

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil** / Flávio dos Santos Gomes. — 1a ed.— São Paulo: Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda brasileira).

GONZAGA, Paula Rita Bacellar e CUNHA, Viviane Martins. **Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro**. Psicologia: Ciência e Profissão 2020 v. 40, e242819, 1-17. Disponível em [www.scielo.br/pcp](http://www.scielo.br/pcp).

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**/ Bell Hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2018**. Rio de Janeiro: IBGE. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

KILOMBA, Grada, 1968 – **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano** / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira – 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo e COSTA, Renata Gomes da. **As relações étnico-raciais e a implementação da lei 10.639/03 em Fortaleza-Ce**. R. Pol. Públ. São Luis, v. 16, nº 2, p. 329-339, jul/dez. 2012.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo e GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018 463 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.154>.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação, Bauru, v. 12, n. 1,

p. 117-128, 2006.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo** / Adilson Moreira. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo; EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

\_\_\_\_\_, Kabengele (organizador). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il. p. 186 e 187

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. – Natal : IFRN, 2010.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua (Pnad Contínua) de 2018. Fonte: Agência Brasil: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROMÃO, Jeruse (org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. **A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 177-199, dez. 2016.

SILVA, Wanderson Diogo Andrade da. **História e memória do curso de licenciatura em Química da Universidade Federal do Ceará (1995-2019): entre concepções e identidades curriculares**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**/ Neusa Santos Souza. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 4. ed. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 9-64.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. F.; KAWASAKI, T. F. **Produto Educacional: Desafio do**

**Mestrado Profissional em Educação.** Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 16, n. 35, p. 1-12, 24 jun. 2020.

<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>  
atualizado em 19/10/2020.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/covid-19-populacao-negra-e-periferica-e-mais-vulneravel-a-pandemia-diz-estudo/> acesso em: 13/12/2020.

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Desigualdade racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade. 18/06/2021.

<https://appsindicato.org.br/pandemia-de-racismo-covid-19> Pandemia de racismo: Covid-19 agravou disparidades raciais da saúde à educação. 17/11/2021

## **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar como voluntário(a), da pesquisa **“Acesso e Permanência de Pessoas Negras nos Cursos Técnicos Integrados do IFCE campus Iguatu – desafios e possibilidades”**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora: Santana Neta Lopes. Endereço: rua João Lourenço Colares, 33, bairro Areias I – Iguatu-CE, CEP: 63.508-030, e-mail: [santana@ifce.edu.br](mailto:santana@ifce.edu.br); telefone/whatsApp: (88)99907-8951, para contato com a pesquisadora (inclusive ligações a cobrar).

### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

A pesquisa intitulada **“Acesso e Permanência de Pessoas Negras nos Cursos Técnicos Integrados do IFCE campus Iguatu – desafios e possibilidades”** tem como objetivo geral analisar o processo de acesso e permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu. Têm-se como objetivos específicos:

- ✓ Descrever o processo de ingresso da população negra nos cursos técnicos integrados Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Ceará-Campus Iguatu;
- ✓ Caracterizar os discentes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu, autodeclarados negros (pretos e pardos) no período de 2016 a 2020;
- ✓ Identificar e analisar os fatores que contribuem ou dificultam o acesso e permanência das pessoas negras nos cursos técnicos integrados do campus Iguatu e a relação dos mesmos com o racismo estrutural;
- ✓ Criar um produto educacional que contribua para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar da população negra no IFCE campus Iguatu, assim como contribuir com a implementação da Lei 10.639/03 nos cursos integrados.

A coleta de dados se dará, inicialmente, por meio de análise dos documentos institucionais, como: Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Permanência e Êxito (PPE), Documento Norteador para construção dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFCE integrados ao ensino médio,

consulta no Sistema Q-acadêmico sobre os dados referentes aos estudantes envolvidos, como autodeclaração racial, renda per capita e familiar, dentre outros dados, bem como pesquisa de campo, através da realização da entrevista.

Ao participar da pesquisa você está sendo convidado(a) a gravar entrevista em áudio e vídeo que ocorrerá de forma remota por meio de plataforma/aplicativo digital (Google Meet), evitando o contato direto entre os sujeitos envolvidos, ao considerar o contexto de Emergência em Saúde Pública no país, decorrente do enfrentamento do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19). Assim sendo, reafirma-se que nenhuma ação ocorrerá presencialmente junto aos participantes, evitando a necessidade de deslocamento para o local da pesquisa e outros aspectos relevantes.

Será realizado 01 (um) encontro individual, pelo Google Meet, com duração máxima de 2h, agendado previamente pela pesquisadora, em comum acordo com os participantes, organizado da seguinte forma: I- contato inicial com os sujeitos da pesquisa, apresentação da pesquisa, seus objetivos, dentre outros aspectos necessários, esclarecimentos e orientações; II -realização de entrevista.

Os riscos previsíveis nesta pesquisa envolvem, em sua maioria, aspectos psicológicos, desconforto, não aceitação, vergonha, constrangimento, além dos riscos característicos do ambiente virtual, como problemas técnicos ou desinteresse dos participantes pelos encontros virtuais, podendo gerar um nível de estresse baixo ou moderado.

Se constatado tais fatos serão discutidos de imediato com os participantes as providências cabíveis, sendo avaliado, em caráter emergencial, a necessidade de adequação ou suspensão da pesquisa. O pesquisador responsável estará sempre atento aos riscos que a investigação possa acarretar devido aos procedimentos metodológicos aplicados, devendo aplicar preventivamente medidas para evitar danos ou minimizar seus efeitos, como: garantia de privacidade do participante, confidencialidade, proteção da identidade; escolha de dia e horário das entrevistas de acordo com as condições dos participantes, podendo, inclusive, remarcar um novo horário, caso haja problemas técnicos ou de ordem pessoal. O (a) participante possui plena autonomia para não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger ou expô-lo (a) de forma indevida, se assim considerar; ou de não se submeter a qualquer procedimento da pesquisa que considere invasivo ou lhe cause desconforto. Todas as informações prestadas pelo (a) participante da pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver

possibilidade de identificação individual, de divulgação de imagem ou de áudio dos participantes.

Sobre os benefícios que a pesquisa pode proporcionar, podemos destacar: notoriedade e relevância científica, abrindo caminhos para novas investigações de aprofundamento da área de conhecimento; maior visibilidade e compreensão sobre as relações étnico-raciais no IFCE campus Iguatu; construção da identidade racial dos(as) estudantes, contribuição no processo de acesso, permanência e êxito de pessoas negras no campus, a partir da divulgação dos resultados da pesquisa e do produto educacional.

A pesquisa será realizada de forma virtual e este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar os seus direitos como participante. O documento será enviado por e-mail ou pelo WhatsApp, para o seu conhecimento e anuência, por meio de um link do Google Forms.

Os dados coletados nesta pesquisa, por meio de gravação de entrevistas, ficarão armazenados em meio digital sob a responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 05 anos, sendo posteriormente descartados/excluídos.

Caso aceite participar na pesquisa como voluntário (a), você deverá dar anuência, marcando no final deste documento o item "Aceito". Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas com a pesquisadora, que pode ser feito por e-mail, ligação telefônica ou pelo WhatsApp. A participação não é obrigatória e não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou desistir de participar em qualquer momento.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria - Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa> , [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br) ; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa

dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_(obrigatório)\_\_\_\_\_, CPF  
\_\_\_\_\_(obrigatório)\_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora responsável pelo estudo, bem como ter sido informado(a) de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, confirmo que:  
( ) **ACEITO** participar desta pesquisa como voluntário (a).

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(PARA RESPONSÁVEIS PELOS MENORES DE 18 ANOS - Resolução Nº  
466/12 CNS)**

Solicitamos do(a) Sr.(a) a permissão para que a pessoa, a qual esteja sob sua responsabilidade, participe como voluntário(a), da pesquisa “**Acesso e Permanência de Pessoas Negras nos Cursos Técnicos Integrados do IFCE campus Iguatu – desafios e possibilidades**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora: Santana Neta Lopes, com endereço: Rua João Lourenço Colares, 33, Bairro: Areias I – Iguatu-CE, CEP: 63.508-030, e-mail: santana@ifce.edu.br, telefone/whatsApp: (88)99907-8951, para contato com a pesquisadora (inclusive ligações a cobrar).

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

A pesquisa intitulada “**Acesso e Permanência de Pessoas Negras nos Cursos Técnicos Integrados do IFCE campus Iguatu – desafios e possibilidades**” tem como objetivo geral analisar o processo de acesso e permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu. Têm-se como objetivos específicos:

- ✓ Descrever o processo de ingresso da população negra nos cursos técnicos integrados Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Ceará-Campus Iguatu;
- ✓ Caracterizar os discentes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu, autodeclarados negros (pretos e pardos) no período de 2016 a 2020;
- ✓ Identificar e analisar os fatores que contribuem ou dificultam o acesso e permanência das pessoas negras nos cursos técnicos integrados do campus Iguatu e a relação dos mesmos com o racismo estrutural;
- ✓ Criar um produto educacional que contribua para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar da população negra no IFCE campus Iguatu, assim como contribuir com a implementação da Lei 10.639/03 nos cursos integrados.

A coleta de dados se dará, inicialmente, por meio de análise dos documentos institucionais, como: Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Permanência e Êxito (PPE), Documento Norteador para construção dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFCE integrados ao ensino médio,

consulta no Sistema Q-acadêmico sobre os dados referentes aos estudantes envolvidos, como autodeclaração racial, renda per capita e familiar, dentre outros dados, bem como pesquisa de campo, através da realização de entrevista.

Ao participar da pesquisa, a pessoa que está sob sua responsabilidade, será convidado(a) a gravar entrevista em áudio e vídeo que ocorrerá de forma remota por meio de plataforma/aplicativo digital (Google Meet), evitando o contato direto entre os sujeitos envolvidos, ao considerar o contexto de Emergência em Saúde Pública no país, decorrente do enfrentamento do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19). Assim sendo, reafirma-se que nenhuma ação ocorrerá presencialmente junto aos participantes, evitando a necessidade de deslocamento para o local da pesquisa e outros aspectos relevantes.

Será realizado 01 (um) encontro individual, pelo Google Meet, com duração máxima de 2h, agendado previamente pela pesquisadora, em comum acordo com os participantes, organizado da seguinte forma: I- contato inicial com os sujeitos da pesquisa, apresentação da pesquisa, seus objetivos, dentre outros aspectos necessários, esclarecimentos e orientações; II -realização da entrevista.

Os riscos previsíveis nesta pesquisa envolvem, em sua maioria, aspectos psicológicos, desconforto, não aceitação, vergonha, constrangimento, além dos riscos característicos do ambiente virtual, como problemas técnicos ou desinteresse dos participantes pelos encontros virtuais, podendo gerar um nível de estresse baixo ou moderado.

Se constatado tais fatos serão discutidos de imediato com os participantes as providências cabíveis, sendo avaliado, em caráter emergencial, a necessidade de adequação ou suspensão da pesquisa. O pesquisador responsável estará sempre atento aos riscos que a investigação possa acarretar devido aos procedimentos metodológicos aplicados, devendo aplicar preventivamente medidas para evitar danos ou minimizar seus efeitos, como: garantia de privacidade do participante, confidencialidade, proteção da identidade; escolha de dia e horário das entrevistas de acordo com as condições dos participantes, podendo, inclusive, remarcar um novo horário, caso haja problemas técnicos ou de ordem pessoal. O(a) participante possui plena autonomia para não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger ou expô-lo(a) de forma indevida, se assim considerar ou de não se submeter a qualquer procedimento da pesquisa que considere invasivo ou lhe cause desconforto. Todas as informações prestadas pelo(a) participante da pesquisa serão

mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, de divulgação de imagem ou de áudio dos participantes.

Sobre os benefícios que a pesquisa pode proporcionar, podemos destacar: notoriedade e relevância científica, abrindo caminhos para novas investigações de aprofundamento da área de conhecimento; maior visibilidade e compreensão sobre as relações étnico-raciais no IFCE campus Iguatu; construção da identidade racial dos(as) estudantes, contribuição no processo de acesso, permanência e êxito de pessoas negras no campus, a partir da divulgação dos resultados da pesquisa e da criação do produto educacional.

A pesquisa será realizada de forma virtual e este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar os direitos como participante da pessoa que está sob sua responsabilidade. O documento será enviado por e-mail ou pelo WhatsApp, para o seu conhecimento e anuência, por meio de um link do Google Forms.

Os dados coletados nesta pesquisa, por meio de gravação de entrevistas, ficarão armazenados em meio digital sob a responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 05 anos, sendo posteriormente descartados/excluídos.

Caso permita a participação na pesquisa da pessoa sob sua responsabilidade, você deverá dar anuência, marcando no final deste documento o item "Autorizo". Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas com a pesquisadora, que pode ser feito por e-mail, ligação telefônica ou pelo WhatsApp. A participação não é obrigatória e não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não permitir a participação ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o/a senhor/a, como representante legal do participante, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria - Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa> , [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br) ; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa

em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_ (obrigatório) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (obrigatório) \_\_\_\_\_, representante legal do menor \_\_\_\_\_ (obrigatório) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ (obrigatório) \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de esclarecer possíveis dúvidas com o(a) pesquisador(a) responsável pelo estudo, bem como informado (a) de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, confirmo que:

(  ) **AUTORIZO** a participação como voluntário(a) nesta pesquisa da pessoa que está sob minha responsabilidade.

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C – REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E  
PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS;  
Resolução nº 510/16 CNS)**

**O que é assentimento?**

O assentimento significa que você concorda em participar de uma pesquisa, na qual serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações necessárias para compreender a importância de sua participação.

**Convite**

Convidamos você para participar, como voluntário(a), da pesquisa “**Acesso e Permanência de Pessoas Negras nos Cursos Técnicos Integrados do IFCE campus Iguatu – desafios e possibilidades**”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora: Santana Neta Lopes, com endereço: rua João Lourenço Colares, 33, Bairro: Areias I – Iguatu-CE, CEP: 63.508-030, e-mail: santana@ifce.edu.br, telefone/whatsApp: (88)99907-8951, para contato com a pesquisadora (inclusive ligações a cobrar).

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

A pesquisa intitulada “**Acesso e Permanência de Pessoas Negras nos Cursos Técnicos Integrados do IFCE campus Iguatu – desafios e possibilidades**” tem como objetivo geral analisar o processo de acesso e permanência de pessoas negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu. Têm-se como objetivos específicos:

- ✓ Descrever o processo de ingresso da população negra nos cursos técnicos integrados Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Ceará-Campus Iguatu;
- ✓ Caracterizar os discentes ingressantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu, autodeclarados negros (pretos e pardos) no período de 2016 a 2020;
- ✓ Identificar e analisar os fatores que contribuem ou dificultam o acesso e permanência das pessoas negras nos cursos técnicos integrados do campus Iguatu e a relação dos mesmos com o racismo estrutural;

- ✓ Criar um produto educacional que contribua para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar da população negra no IFCE campus Iguatu, assim como contribuir com a implementação da Lei 10.639/03 nos cursos integrados.

A coleta de dados se dará, inicialmente, por meio de análise dos documentos institucionais, como: Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Permanência e Êxito (PPE), Documento Norteador para construção dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFCE integrados ao ensino médio, consulta no Sistema Q-acadêmico sobre os dados referentes aos estudantes envolvidos, como autodeclaração racial, renda per capita e familiar, dentre outros dados, bem como pesquisa de campo, através da realização da entrevista.

Ao participar da pesquisa você está sendo convidado/a à gravar entrevista em áudio e vídeo que ocorrerá de forma remota por meio de plataforma/aplicativo digital (Google Meet), evitando o contato direto entre os sujeitos envolvidos, ao considerar o contexto de Emergência em Saúde Pública no país, decorrente do enfrentamento do Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19). Assim sendo, reafirma-se que nenhuma ação ocorrerá presencialmente junto aos participantes, evitando a necessidade de deslocamento para o local da pesquisa e outros aspectos relevantes.

Será realizado 01 (um) encontro individual, pelo Google Meet, com duração máxima de 2h, agendado previamente pela pesquisadora, em comum acordo com os participantes, organizado da seguinte forma: I- contato inicial com os sujeitos da pesquisa, apresentação da pesquisa, seus objetivos, dentre outros aspectos necessários, esclarecimentos e orientações; II -realização de entrevista.

Os riscos previsíveis nesta pesquisa envolvem, em sua maioria, aspectos psicológicos, desconforto, não aceitação, vergonha, constrangimento, além dos riscos característicos do ambiente virtual, como problemas técnicos ou desinteresse dos participantes pelos encontros virtuais, podendo gerar um nível de estresse baixo ou moderado.

Se constatado tais fatos serão discutidos de imediato com os participantes as providências cabíveis, sendo avaliado, em caráter emergencial, a necessidade de adequação ou suspensão da pesquisa. O pesquisador responsável estará sempre atento aos riscos que a investigação possa acarretar devido aos procedimentos metodológicos aplicados, devendo aplicar preventivamente medidas para evitar danos ou minimizar seus efeitos, como: garantia de privacidade do participante,

confidencialidade, proteção da identidade; escolha de dia e horário das entrevistas de acordo com as condições dos participantes, podendo, inclusive, remarcar um novo horário, caso haja problemas técnicos ou de ordem pessoal. O(a) participante possui plena autonomia para não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger ou expô-lo(a) de forma indevida, se assim considerar; ou de não se submeter a qualquer procedimento da pesquisa que considere invasivo ou lhe cause desconforto. Todas as informações prestadas pelo(a) participante da pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, de divulgação de imagem ou de áudio dos participantes.

Sobre os benefícios que a pesquisa pode proporcionar, podemos destacar: notoriedade e relevância científica, abrindo caminhos para novas investigações de aprofundamento da área de conhecimento; maior visibilidade e compreensão sobre as relações étnico-raciais no IFCE campus Iguatu; construção da identidade racial dos(as) estudantes, contribuição no processo de acesso, permanência e êxito de pessoas negras no campus, a partir da divulgação dos resultados da pesquisa e da criação do produto educacional.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários, a menos que seja autorizado pelo(a) participante da pesquisa.

A pesquisa será realizada de forma virtual e este documento será enviado por e-mail ou pelo WhatsApp, para o seu conhecimento e anuência, por meio de um link do Google Forms.

Os dados coletados nesta pesquisa, por meio de gravação de entrevistas, ficarão armazenados em meio digital sob a responsabilidade da pesquisadora, por um período mínimo de 05 anos, sendo posteriormente descartados/excluídos.

Caso aceite participar na pesquisa como voluntário(a), você deverá dar anuência, marcando no final deste documento o item "Aceito". Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas com a pesquisadora que pode ser feito por e-mail, ligação telefônica ou pelo WhatsApp ou com o seu responsável legal. A participação não é obrigatória e não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou desistir em qualquer momento.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Reitoria - Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa> , [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br) ; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, [conep.cep@saude.gov.br](mailto:conep.cep@saude.gov.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

### **ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO(A)**

Eu \_\_\_\_\_ (obrigatório) \_\_\_\_\_, CPF  
 \_\_\_\_\_ (obrigatório) \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de esclarecer possíveis dúvidas com o(a) pesquisador(a) responsável pelo estudo, bem como informado(a) de que o meu responsável legal poderá modificar a decisão de minha participação se assim o desejar, mesmo já tendo assinado o consentimento/assentimento, confirmo que:

( ) **ACEITO** participar dessa pesquisa como voluntário(a).

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

**Entrevistados/informantes:** Estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos) matriculados nos Cursos Técnicos Integrados em Informática e Nutrição e Dietética do IFCE campus Iguatu.

**ENTREVISTADO Nº \_\_\_\_\_**

- 1- Idade: \_\_\_\_\_
- 2- Quantas pessoas, incluindo você, compõem seu grupo familiar? \_\_\_\_\_
- 3- Renda Familiar: ( ) Até 01 salário mínimo  
( ) Entre 01 e 03 salários  
( ) Acima de 03 salários
- 4- Como você se autodeclara quanto à identificação racial?
- 5- Quanto a forma de ingresso no IFCE, você optou por reserva de vaga (Lei de cotas) ou ampla concorrência? Por qual motivo?
- 6- Você teve dificuldades em participar do processo seletivo do IFCE? Em caso afirmativo, quais foram as dificuldades?
- 7- Quais as dificuldades que tem enfrentado para permanecer nos estudos?
- 8- Você já pensou em desistir de estudar ou pedir transferência para outra instituição escolar? Em caso afirmativo, por qual(is) motivo(s)?
- 9- Você já sofreu algum tipo de preconceito racial em sala de aula ou em outro ambiente do IFCE campus Iguatu? Relate o ocorrido.
- 10- Você já se sentiu desconfortável, no ambiente escolar, devido a algum comentário sobre sua aparência, cor da pele, cabelos ou forma de se vestir? Em caso afirmativo, poderia relatar?
- 11- Na sua opinião, a população negra tem mais dificuldades para ter acesso e concluir com êxito os estudos do que a população branca? Por que?
- 12- Na sua opinião, os/as estudantes negros/as têm as mesmas oportunidades do que os/as estudantes brancos/as, no IFCE campus Iguatu? Justifique.
- 13- Há momentos em sala de aula para refletir sobre as relações étnico-raciais, racismo e/ou cultura Afro-brasileira e Africana? Você considera importante tratar dessas temáticas? Por que?

## **APÊNDICE E – RELAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS NEGROS E NEGRAS HOMENAGEADAS NESSA PESQUISA, VÍTIMAS FATAIS DA VIOLÊNCIA RACIAL NO BRASIL.**

Um estudo feito pelo Fórum de Segurança sobre a violência contra crianças e adolescentes em 12 Estados brasileiros, no período de 2019 a 2021, apontou que, dos 129.844 registros compilados nas 12 Unidades da Federação com vítimas de 0 a 17 anos, 56,6% são de estupro, 21,6% de maus-tratos, 18,1% de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica, 2,9% de mortes violentas intencionais e 0,8% de exploração sexual.

Desse panorama de violência, o maior número de vítimas são pessoas negras, pois segundo o Atlas da Violência 2020 os assassinatos de negros cresceram 11,5% em 10 anos. De acordo com estudo do Instituto Sou da Paz, as crianças e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por armas de fogo do que crianças brancas.

Como forma de denunciar o racismo estrutural que extermina a população negra, alvo predileto das “balas perdidas” ou de outros crimes violentos, escolhemos, aleatoriamente, doze crianças e jovens, mortas no período de 2019 a 2021, e em memória delas e de tantas outras que tombaram prematuramente, utilizamos seus nomes para identificar os/as estudantes participantes da pesquisa, deixando no anonimato a identidade dos/as entrevistados/as. Apresentamos a seguir, com o devido respeito às suas memórias, um pequeno relato da ocorrência de cada uma das vítimas:

1- **Ágatha Vitória Sales Félix** - 8 anos. Foi morta quando voltava para casa com a mãe, na noite do dia 20 de setembro de 2019, no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio.

2- **Anna Carolina de Souza Neves**. 8 anos. Mais uma das vítimas fatais de bala perdida no Rio de Janeiro. Ela foi morta na madrugada do dia 10 de janeiro de 2020, quando estava no sofá de casa, no bairro Parque Esperança, na cidade de Belford Roxo.

3- **João Pedro Matos Pinto**. 14 anos. Foi morto dentro de casa, no dia 18 de maio de 2020, no complexo de favelas do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio, durante uma operação contra tráfico de drogas das polícias Civil e Federal.

4- **Miguel Otávio Santana da Silva**. Caiu do 9º andar de um prédio em um condomínio de luxo, no Recife (PE), no dia 02 de junho de 2020. A mãe dele, Mirtes Renata Santana de Souza, havia deixado a criança sob os cuidados da patroa, Sarí Côrte Real, enquanto passeava com o cachorro da família dos chefes.

5- **Rayane Cardoso Lopes**. 10 anos. Vítima de uma chacina que ocorreu durante

uma festa, na madrugada do dia 28 de junho de 2020, no bairro de Anchieta, na zona norte do Rio. Para proteger a criança, o pai de Rayane chegou a abraçar a filha, mas não conseguiu evitar que uma bala a atingisse.

6- **Maria Alice de Freitas Neves**. 4 anos. Foi morta no dia 02 de julho de 2020, quando estava numa festa de aniversário na Ladeira das Palmeiras, no bairro Vila Isabel, em Três Rios, no Sul Fluminense.

7 e 8- **Emilly Victoria**, de 4 anos e **Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos** 7 anos, morreram após serem baleadas em um tiroteio em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, na noite do dia 04 de dezembro de 2020. De acordo com moradores, as duas meninas, que são primas, estavam brincando na porta de casa, quando foram baleadas.

09, 10 e 11- Os meninos **Lucas Mateus**, de 8 anos, **Alexandre**, de 10 anos, e **Fernando Henrique**, de 11 anos, desapareceram no dia 27 de dezembro de 2020, em Belford Roxo, no Rio de Janeiro, enquanto brincavam. Desde então seus familiares não têm notícias verdadeiras sobre o paradeiro deles.

12- **Kathlen Romeu**. 24 anos. Trabalhava como designer de interiores. Morreu vítima de bala perdida na comunidade do Lins, na tarde do dia 08 de junho de 2021, durante o confronto entre criminosos e policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Kathlen estava grávida de quatro meses.

“Aos nossos mortos, nenhum minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta!”

Fonte:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12>

<https://soudapaz.org/2021/11>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/>

<https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/01/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/>

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/>

<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/menina-de-10-anos-esta-entre-mortos-em-chacina-no-rio-29062020>

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-menina-de-4-anos-baleada-durante-festa-de-aniversario-em-tres-rios-24512806>.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/05/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/29/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/08>